



UC/FPCE_2017

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Qual o impacto da Orientação Sexual na visão e legitimação da Violência entre Parceiros Íntimos?

Stefanie Gomes Matos (e-mail: stefaniegomesmatos20@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia, área de especialização em Psicoterapia Sistémica e Familiar, sob a orientação da Professora Doutora Maria Madalena Santos Torres Veiga de Carvalho

Qual o impacto da Orientação Sexual na visão e legitimação da Violência entre Parceiros Íntimos?

O presente estudo tem como objetivo principal analisar as Representações Sociais em torno da Violência entre Parceiros Íntimos e as táticas de resolução de conflito dos inquiridos, tendo em conta a orientação sexual dos mesmos. Para tal, foi administrado um protocolo a 170 sujeitos, dos quais 50% são heterossexuais, 31,2% são homossexuais e 18.8% são bissexuais. Este protocolo é constituído pelos seguintes questionários: Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares, Questionário de Violência Conjugal – Causa, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) (Alarcão, Alberto, Correia & Camelo, 2007), Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (The Revised Conflict Tactics Scales - CTS2), Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) (Alarcão, Alberto, Correia & Camelo, 2007) e a versão portuguesa da Grelha de Orientação Sexual de Klein (Pereira, Leal & Maroco, 2010).

Os resultados obtidos neste estudo demonstraram a não existência de diferenças estatisticamente significativas atendendo à orientação sexual dos sujeitos, tendo em conta os fatores de causa, manutenção e resolução, tal como em relação à legitimação da violência entre parceiros íntimos e às táticas de resolução de conflito. Estes resultados indicam ainda um baixo grau de legitimação da violência entre parceiros íntimos na amostra total e nas três subamostras, assim como mostram que a tática de resolução de conflito abusiva mais perpetrada pela amostra total e pelas suas subamostras é a agressão psicológica ligeira.

Para investigações futuras sobre esta temática, será importante considerar-se uma amostra maior, sobretudo nas subamostras homo e bissexual, e mais heterogénea nas três subamostras, de modo a obter uma amostra total mais representativa da população geral.

Palavras-chave: Violência entre Parceiros Íntimos, Representações Sociais, Táticas de Resolução de Conflito, Orientação Sexual, População LGB.

What sort of impact Sexual Orientation has on vision and legitimization of Violence between Intimate Partners?

The study at hand main purpose is to analyse the Social Representations delimited by Violence between Intimate Partners and the strategy engaged by the respondents, taking to account their sexual orientation. It was administrated a protocol to 170 individuals, 50% of them being heterosexual, 31,2% are homosexual and 18.8% are bisexual. The protocol is fostered by the following survey: the Socio-demographic and Complemented Data Survey, by the Conjugal Violence – Causes, Maintenance and Resolution Survey (QVC-CMR) (Alarcão, Alberto, Correia & Camelo, 2007), the Revised Conflict Tactics Scales (CTS2), the Conjugal Violence Survey – Reports (QRVC-HIS) (Alarcão, Alberto, Correia & Camelo, 2007) and finally the Portuguese version of the Klein's Sexual Orientation Grill (Pereira, Leal & Maroco, 2010).

The results obtained in this study demonstrate the lack of statistically significant differences, in view of sexual orientation of the individuals in support of the causes, maintenance and resolution factors, as compared to the legitimization of violence between intimate partners and conflict resolution tactics. This results show a low grade of legitimization of violence between intimate partners in the total sample and on the three subsamples as well as conflict resolution abusive tactic more perpetuated by the total sample and by its subsamples being the slight psychological aggression.

For further investigations about this matter it would be important to consider a bigger sample in particular the homo and bisexual subsamples and more heterogeneous on the three subsamples, in order to obtain a more representative sample of the general population.

Key Words: Violence between Intimate Partners, Social Representations, Conflict Resolution Tactics, Sexual Orientation, LGB Community.

Agradecimentos

Um obrigada muito especial a todos aqueles que representaram o meu lugar favorito, nos dias bons e maus, ao longo desta caminhada...

Índice

Introdução	1
I – Enquadramento conceptual	2
1.1 Violência entre Parceiros Íntimos	2
1.2 Representações Sociais.....	3
1.3 Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos	5
1.4 Violência entre Parceiros Íntimos e Orientação Sexual	6
II - Objetivos	8
III - Metodologia	9
3.1 Descrição da Amostra	9
3.2 Instrumentos de Avaliação	10
3.2.1 Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares ...	11
3.2.2 Questionário de Violência Conjugal – Causa, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)	11
3.2.3 Escalas de Táticas de Conflitos Revisadas (CTS-2).....	11
3.2.4 Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)...	12
3.2.5 Grelha de Orientação Sexual de Klein	13
3.3 Procedimentos de Investigação	14
3.4 Procedimentos Estatísticos	14
IV - Resultados	14
4.1 Representações Sociais em volta da Violência Conjugal e Orientação Sexual (QVC-CMR e QRVC-HIS)	14
4.2 Violência entre Parceiros Íntimos, Táticas de Resolução de Conflitos e Orientação Sexual (CTS-2)	21
4.3 Influência da variável “Orientação Sexual” na legitimação da Violência Conjugal (QRVC-HIS)	23
4.4 Interação da variável “Orientação Sexual” nos fatores de Causa, Manutenção e Resolução.....	24
4.5 Relação entre a variável “Orientação Sexual” e “Sexo” relativamente às Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos (QRVC- HIS e QVC-CMR).....	24
V - Discussão	26
5.1 Representações Sociais em volta da Violência Conjugal e Orientação Sexual (QVC-CMR e QRVC-HIS)	26

5.1.1 Questionário de Violência Conjugal – Causa, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)	26
5.1.2 Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)...	29
5.2 Violência entre Parceiros Íntimos, Táticas de Resolução de Conflitos e Orientação Sexual (CTS-2)	29
5.3 Influência da variável “Orientação Sexual” nas respostas ao QVC-CMR, QRVC-HIS.	31
5.4 Relação entre a variável “Orientação Sexual” e “Sexo” relativamente às Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos (QVC-CMR e QRVC-HIS)	31
5.5 Limitações	32
VI - Conclusões	32
Bibliografia.....	34
Anexos.....	42
Anexo II: Tabelas com resultados da análise estatística.....	42

Introdução

A Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) ganhou visibilidade devido às mudanças sociais ocorridas nos últimos anos (Rodrigues, Oliveira & Nogueira, 2011). Representa hoje um problema de saúde pública (Hamel, 2008) que afeta indivíduos em todo o mundo (Redondo, 2013), independentemente das culturas, das etnias e dos estratos socioeconômicos dos sujeitos (Flynn & Graham, 2010).

A emergência da violência num contexto de intimidade – espaço que deveria representar amor, segurança, compreensão, tolerância e realização pessoal – conduz inevitavelmente ao obscurecimento dos princípios básicos da justiça e da igualdade, ao desrespeito pelos valores do fortalecimento da democracia social e dos direitos humanos fundamentais (Redondo, Pimentel & Correia, 2012, p. 94).

A VPI foi encarada como um conjunto de atos violentos perpetrados pelo homem sobre a sua companheira, restringindo a mesma somente às relações heterossexuais, possibilitando, deste modo, que certas dimensões da VPI, como a violência nos casais homossexuais, se mantivesse na invisibilidade (Rodrigues et al., 2011). É sabido que a população LGB e os heterossexuais do sexo masculino podem ser vítimas de VPI, uma vez que esta se liga ao exercício do poder através da subordinação e o controlo do parceiro/a. Contudo a invisibilidade da VPI entre os casais LGB é reforçada pelo receio da patologização que a comunidade LGBT sente a seu respeito, por consequência do estigma, do preconceito, da discriminação e da homofobia vivida na nossa sociedade (Nunan, 2004).

Só em 2007 é que em Portugal, com as modificações do Código Processual e Penal, se realizaram os primeiros movimentos de forma a incluir as relações homossexuais nesta problemática (Rodrigues et al., 2011). Em 2009, a Associação de Apoio à Vítima (APAV) dinamizou a campanha “Grite pelos seus Direitos” aludindo à existência da VPI em casais homossexuais. Já a ILGA Portugal, em 2011, disponibilizou uma linha telefónica de apoio e informação à população LGBT, sendo que a mesma utilizou esta linha telefónica como meio de denúncia dos atos violentos aos quais é sujeita (Santos, 2012).

A constatação da existência da VPI entre a população homossexual é recente (Hester & Donovan, 2009) e, conseqüentemente, em Portugal ainda se verifica uma lacuna e falta de informação em volta desta problemática (Tropa, 2010).

Pretende-se com este estudo ajudar a colmatar esta falta de informação e lacuna existente em Portugal, em torno desta problemática, compreendendo o impacto da Orientação Sexual dos sujeitos, nas Representações Sociais (RS) acerca da VPI e conhecer as táticas de resolução de conflito mais perpetradas pelas diferentes orientações sexuais nas suas relações íntimas.

I – Enquadramento conceptual

1.1 Violência entre Parceiros Íntimos

A Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) é um fenómeno antigo e comum ao longo dos tempos, intersectando-se com as várias raças, etnias e/ou níveis socioeconómicos existentes (Lawson, 2003). Todavia, é necessário aludir a diferenciação entre VPI e violência doméstica (WHO, 2012), dado que o termo de violência doméstica é utilizado, por alguns autores, de modo a referenciar a violência entre Parceiros Íntimos (Fife, Ebersole, Bigatti, Lane, & Huber, 2008). Porém, a violência doméstica contém o abuso do idoso e/ou infantil e de qualquer outro elemento que coabite no mesmo espaço de habitação (WHO, 2012) incluindo, desta forma, mais contextos do que a VPI (Alarcão 2000).

A Organização Mundial de Saúde (2012) define a VPI como qualquer conduta que se suceda entre dois sujeitos, que estabeleçam uma relação de intimidade e que gere danos psicológicos, físicos ou sexuais. A VPI é um abuso continuado sobre um indivíduo com o qual um sujeito conserva ou conservou um relacionamento íntimo (Feder, Huston, Ramsay & Taket, 2006), seja este um encontro, um namoro, uma união de facto ou um casamento entre homo ou heterossexuais (McClure, 1996; Saltzman, Fanslow, McMahon & Shelley, 2002). Este abuso pode ser físico, verbal, emocional, sexual, financeiro e/ou económico (Heis & Garcia-Moreno, 2002; Ramsay et al., 2012).

Na década de 60, do século passado, a violência contra crianças ganhou visibilidade (Dias, 2004). Com os movimentos feministas, da década de 70, a violência contra as mulheres, ganhou igualmente destaque, justificada pela cultura patriarcal da época, na qual mulheres e filhos eram considerados propriedades dos homens (Neves, 2008). A VPI só se alargou a outros cenários, como as relações de namoro, uniões de facto, casais homossexuais, na década de 80 (Machado, Caridade, & Martins, 2009). Em Portugal o reconhecimento desta temática só surgiu nos anos 90 (Caridade & Machado, 2006), representando hoje um problema de saúde pública (Hamel, 2008), estando contemplada no Código Penal no artigo 152º, depois da modificação da Lei n.º 59/2007 a quatro de setembro, abordando-a como um crime autónomo, penalizando todas as condutas que imponham maus tratos psíquicos ou físicos, abarcando as ofensas sexuais, privações de liberdade e castigos corporais (Redondo, 2013).

É na adolescência e no período de jovem adulto que os sujeitos tendem a formar relações relevantes com parceiros íntimos, surgindo a VPI a partir destes períodos (Heis & Garcia-Moreno, 2002).

O intuito do agressor, na VPI, relaciona-se com a submissão do outro, levando-o a sentir-se com receio, sem valor e incapaz (Matos, 2003). Alarcão (2000) afirma que a violência consiste numa forma do agressor exercer poder sobre a vítima, utilizando para tal a força, seja esta psicológica, física, política ou económica. Martins, Assunção, Caldas e Magalhães (2014) indicam que a VPI é um padrão de táticas violentas ou

opressivas, utilizadas pelo menos por um dos parceiros, de forma a conservar ou adquirir o controlo sobre o outro.

Hamberger (2005) constata, com uma amostra clínica, que a generalidade da VPI é bidirecional, no entanto o padrão de vitimização não é completamente simétrico, pois as mulheres tendem a ser mais vitimizadas do que os homens. As perspetivas teóricas sobre a VPI sugerem que esta não é originada somente através de crenças disfuncionais psicológicas ou de crenças patriarcais, sendo a junção de um conjunto de particularidades do sujeito e do seu contexto, desapegando assim da ideia de um fator único para um quadro multifatorial (Stith et al., 2004).

Alarcão (2000) refere-se ao carácter cíclico da VPI e à sua intensidade crescente, de forma a compreender a sua dinâmica. Deste modo, aponta que a VPI é integrada num ciclo de três fases: a “fase de acumulação de tensão”, na qual despontam pequenas ocorrências de conflito entre a díade, que resultam na adição de ansiedade e hostilidade na mesma; a “fase do episódio agudo”, em que a acumulação de tensão desponta um acontecimento de violência, de severidade variada; concluindo na “fase de lua-de-mel” revelada pelo arrependimento e promessas do agressor de que esta não ocorrerá novamente, dando-se início de novo a este “ciclo vicioso”. Saffioti e Almeida (1995) mencionam que a VPI, por norma, se inicia através de ofensas verbais, sucedendo-se usualmente agressões físicas e/ou sexuais.

Na literatura é referenciado um conjunto de fatores de risco relacionados com a vitimização e/ou perpetração da VPI, com por exemplo a baixa auto-estima, conflitos maritais, assertividade, perturbações da personalidade, desemprego e baixo estatuto económico (Stewart, MacMillan, & Wathen, 2012).

A assiduidade da VPI no quotidiano de um sujeito tem consequências graves na saúde física e mental das vítimas (Lefevre, Moura, & Moura, 2012; Vanderende, Yount, Dynes, & Sibley, 2012). Estas vítimas poderão sofrer de isolamento social e perturbações do bem-estar físico e psicológico (Redondo, 2011). Possuem maior predominância de problemas de socialização, sintomas depressivos, *stress* pós-traumático, gastrointestinais e dor crónica (Anacleto et al., 2009). Note-se que estas consequências da VPI poderão prolongar-se nas vítimas para além do fim da violência (Campell, 2002).

1.2 Representações Sociais

“Todo o ser humano vive cercado, individual ou coletivamente, por palavras, ideias e imagens, as quais invadem não só os seus órgãos dos sentidos, mas também a própria mente, influenciando-o muitas vezes, sem que ele se aperceba (Moscovici, 2003, citado em Machado, 2010, p. 26)”.

O conceito de “Representação Social” foi implementado por Serge Moscovici em 1961, sendo este um fenómeno visível nas diferentes sociedades. Moscovici baseou-se no conceito de “Representação Coletiva”¹

¹ Os diferentes moldes de organização da vida social, nas diversas

de Durkheim, da área da sociologia, de modo, a desenvolver o mesmo (Vala & Castro, 2013).

Moscovici (1981 p, 181) descreve as representações sociais como “um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida cotidiana no decurso da comunicação interindividual” (citado em Vala & Castro, 2013). Já Jodelet (1989, p. 36) vê este construto como “uma modalidade de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, com um objetivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um dado conjunto social” (citado em Vala & Castro, 2013). Porto (2006) defende que as representações sociais resultam de uma junção da subjetividade coletiva e pessoal, através da atividade mental, onde as estruturas afetiva, emocional e cognitiva estão em constantes trocas e atualizações.

As representações sociais (RS) são equiparadas ao sistema de crenças e mitos das sociedades tradicionais, mas também ao senso comum contemporâneo. As teorias científicas, conjuntamente com a cultura e as ideologias, através das comunicações e experiências diárias, alimentam as representações sociais, tendo estas dois processos implícitos: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem surge de modo a familiarizarmo-nos com o desconhecido, concebendo uma ligação entre o estranho e o familiar. A objetivação permite-nos assimilar a forma com os conceitos e as palavras do senso comum se transformam em verdades externas aos sujeitos (Vala & Castro, 2013). Estas podem ser concebidas em qualquer circunstância, provocadas pela influência social, pois são o resultado da permanente comunicação e interação (Moscovici, 2000). As representações sociais podem ser vistas como um sistema de interpretação que concede ao sujeito a leitura da realidade, sugestionando a sua tomada de decisão, que constitui guias para o seu comportamento, subjugando e organizando as comunicações e as condutas sociais. Têm um papel ativo em diferentes processos, tal como a difusão e a assimilação de conhecimento, na designação das identidades sociais e pessoais, no desenvolvimento coletivo e individual e nas alterações sociais (Jodelet, 1989).

As representações sociais são muitas vezes objeto de negociação, proporcionando estabilidade ou mudanças nas sociedades (Vala & Castro, 2013), permitindo, de igual modo, ao sujeito, repartir os vários eventos, sujeitos e/ou objetos com os quais colide no seu dia-a-dia em múltiplos e distintos grupos, comuns a um conjunto de indivíduos, conferindo-lhes uma definição (Moscovici, 2000). Informando o sujeito ainda acerca da impossibilidade de explicar o individual sem o social e vice-versa, não existindo um corte entre ambos. A sua confeção, divulgação e a modificação provêm da comunicação e do discurso do nosso quotidiano (Vala & Castro, 2013).

O êxito com que algumas representações sociais gerem a realidade atual, do dia-a-dia dos sujeitos, provém do seu sucesso no passado, demonstrando a sua clareza e o seu poder. Deste modo, podem ser

sociedades, produzem diferentes moldes de pensar nas mesmas (Vala & Castro, 2013).

apreendidas como forma de comunicar e interpretar o conhecido, assemelhando um pensamento a uma imagem e vice-versa. Os indivíduos pensam por intermédio da sua linguagem, tendo esta em consideração as representações sociais e a cultura na qual o sujeito está inserido (Moscovici, 2003, como citado em Machado, 2010).

Assim sendo, as representações sociais podem ser compreendidas não como um reflexo autêntico da realidade, mas sim como uma construção coletiva e/ou individual de um objeto, ao qual se atribui um significado comum a pelo menos um contexto (Vala, 2000, como citado em Tropa 2009).

Consequentemente, as representações sociais podem ser vistas para cada sujeito como sendo a sua realidade (Moscovici, 2003, como citado em Machado, 2010).

1.3 Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos

A VPI é um fenómeno que está diretamente vinculado com as representações sociais, pois são estas representações que oferecem o conhecimento acerca da identidade social, da norma e da motivação para os diversos comportamentos (Jodelet, 1989), sendo capaz de influenciar, favorável ou desfavoravelmente, a compreensão e o consentimento ou não da VPI, dado que este/a depende do quadro de referência de cada sujeito (Ribeiro & Sani, 2008 citado em Machado, 2010). As representações sociais permitem, ainda, a compreensão da atribuição de significado por parte dos agressores a estes comportamentos (Porto, 2006), tendo presente a perceção e compreensão da complexidade associada às questões de género nesta temática (Sousa, 2013). Assim sendo, é fulcral explorar as representações que uma sociedade constrói em volta da VPI.

Os indivíduos definem o que é ou não violência tendo em conta as representações sociais que têm acerca desta problemática, já que esta se diferencia atendendo à sociedade em que o sujeito está inserido (Porto, 2006). Para Agarwal e Panda (2007), o confronto, direto ou indireto, com a VPI pode ser uma das explicações para o aparecimento de representações distorcidas em volta da mesma, pois a conjugação de fatores culturais familiares e individuais, assim como as atitudes sociais, refletem o aparecimento deste fenómeno num determinado contexto. Também Costa e Duarte (2000) aludem à importância de ter em atenção um conjunto de valores, crenças, estilos de vida e sistemas políticos, válidos numa determinada cultura e época, de modo a compreender a VPI.

A VPI é legitimada, em parte, pela existência de crenças assentes na desigualdade dos direitos entre os sexos. Ao homem atribui-se o poder sobre a mulher, poder este proveniente dos ideais patriarcais (Neves & Nogueira, 2004), enquanto o comportamento violento de uma mulher, para com o seu companheiro, é considerado uma forma de autodefesa da própria contra o mesmo (Dixon & Graham-Kevan, 2011). Stets e Straus (1990) afirmam, porém, que a VPI é iniciada por ambos os sexos (citado em Nóbrega, 2015). Fica notória a necessidade de explorar, também, os comportamentos

violentos por parte das mulheres (Machado, Matos, & Moreira, 2003).

Todavia, esta não é a única crença associada à VPI, pois outras associam-se às seguintes ideias: a VPI ocorre apenas em contextos de baixo estatuto socioeconómico, é provocada devido a ingestão de drogas ou álcool, as vítimas poderão abandonar as suas casas no momento em que desejarem, caso não exista ciúme na relação não há amor, a VPI é algo natural/normal ocorrendo deste sempre, e assim continuará (Casique & Furegato, 2006). Estas crenças influenciam, de uma forma vasta, a compreensão que os perpetradores e as vítimas têm acerca desta temática, elucidando o porquê das suas condutas em relação a este fenómeno, como por exemplo, menosprezar estes comportamentos violentos ou denunciar/manter-se nas relações abusivas (Machado, Matos & Moreira, 2003). Contudo, estas crenças legitimadoras da VPI tendem a reduzir-se com o aumento da idade dos indivíduos (Machado, Caridade & Martins, 2010).

Para alguns, a violência física é cada vez mais banalizada e considerada algo comum e/ou normal. Esta banalização é devida à legitimação do uso dos vários tipos de violência, com o intuito de regular e/ou resolver conflitos no nosso quotidiano, favorecendo a sua ocorrência (Guimarães & Campos, 2007), assim como à manutenção das vítimas nestas relações (Machado, 2010).

Sabe-se que a VPI não é um fenómeno exclusivo das relações heterossexuais, ocorrendo igualmente nas relações homossexuais (Presidência do Conselho de Ministros, 2015). Contudo o preconceito, ainda hoje visível na sociedade, em relação à população homossexual favorece a sua ocultação, pois as vítimas homossexuais de VPI temem denunciar receando ser vítimas também de humilhação, discriminação e rejeição (Nunan, 2004). Para além disso, a sociedade tende a olhar para estas relações como igualitárias, considerando este fenómeno como “uma briga justa entre iguais” (Nunan, 2004, p.10). Os próprios agressores homossexuais utilizam com regularidade este mito, de modo a justificar estas suas condutas violentas (Nunan, 2004).

1.4 Violência entre Parceiros Íntimos e Orientação Sexual

É indispensável aludir à carência de conhecimento causada pela escassez de estudos elaborados sobre esta temática, assim como devido à inexistência de dados demográficos da comunidade LGBT (Opus Gay, 2014). A maioria dos estudos relacionados com a VPI baseiam-se em pressuposições da heterossexualidade, favorecendo, deste modo, a ocultação da VPI no contexto das relações íntimas de pessoas do mesmo sexo (Santos, 2012).

A menor visibilidade desta problemática produz um acréscimo nos obstáculos sentidos pela comunidade LGBT, tal como a dificuldade no acesso a apoios disponíveis (Czuba, 2015). Só nos anos 80 do século XX é que a comunidade homossexual começou a revelar os episódios de violência existentes nestas relações (Curran & Renzetti, 1992, como citado em Costa, Machado & Antunes, 2006). Porém, de acordo com Santos (2012), a

sociedade olha para as relações homossexuais como igualitárias e sem violência.

Nunan (2004) defende que a generalidade dos investigadores, desta temática, encobre a VPI entre pessoas do mesmo sexo, uma vez que é uma ocorrência que põe em causa a presunção feminista, na qual a violência é detrimento das relações de género desiguais e do sexismo. A própria comunidade LBGT receia corroborar os clichés desfavoráveis ligados às relações de pessoas do mesmo sexo. Todavia, quando olhamos para a VPI entre pessoas do mesmo sexo conferimos que esta, tal como nas relações heterossexuais, mantém uma motivação, um padrão, uma frequência, uma severidade e um impacto (Costa, Machado & Antunes, 2011). Esta pode ser compreendida como uma forma de controlo e/ou de poder do agressor sobre a vítima, tal como acontece nas relações heterossexuais (Poorman, 2001), bem como a culpabilização e responsabilização da vítima e negação do agressor da conduta violenta por parte deste (Costa, Machado & Antunes, 2006). Renzetti (1992, citado em Costa, Machado & Antunes, 2006) afirma que as vítimas homossexuais, em semelhança às vítimas heterossexuais, narram que os episódios da violência ocorrem de forma cíclica, transformando-se tendencialmente em incidentes mais severos.

Existem diversas semelhanças entre a VPI praticada em hétero e homossexuais, mas encontram-se causas na VPI entre pessoas do mesmo sexo que não são visíveis nos heterossexuais (Costa, L., Machado, C. & Antunes, R. 2006). Vickers (1996) indica que os homossexuais que sofrem de VPI encontram-se num “segundo armário”, visto que surge o constrangimento da explanação da orientação sexual da vítima por parte do agressor, de forma a que esta cumpra as suas vontades e regras, sendo esta uma técnica muito utilizada neste contexto (Burke & Owen, 2006). Quando estas vítimas são indivíduos que não assumiram a sua orientação sexual perante da sociedade ou só o fizeram recentemente e/ou são jovens e inexperientes, a sua vulnerabilidade está aumentada perante estes acontecimentos, agravando-se caso o/a agressor/a for mais velho/a e já tenha revelado a sua orientação sexual há mais tempo do que a vítima (Ristock, 2003).

A homossexualidade foi vista, durante um longo período de tempo, como um afastamento à norma social, sendo por isso estigmatizada (Almeida, 2010). Este preconceito existente na sociedade contra os homossexuais, tem um forte impacto na VPI sofrida por eles. As vítimas deparam-se com adversidades na procura de apoio externo por parte de instituições, serviços sociais e legais, médicos, psicólogos, grupos especializados em VPI ou mesmo das suas famílias (Nunan, 2004).

O preconceito sexual institucionalizado na sociedade coopera para a invisibilidade desta realidade (Nunan, 2004), enquanto o preconceito sexual internalizado (que se manifesta-se quando sujeito receia, repugna e despreza a sua orientação sexual) causa, no próprio sujeito, um sentimento de ódio contra si (Nunan, 2004) Este pode ser o causador de depressão, insegurança, complicações em conservar ou iniciar relações amorosas, disfunções sexuais ideações ou comportamentos suicidas, isolamento social, culpabilização,

vergonha, distúrbios alimentares e ansiedades (McKirnan & Peterson, 1989, citado em Costa, Machado & Antunes, 2006).

Avalia-se que a prevalência da VPI em homossexuais, a nível nacional e internacional, se situe entre 25% a 50%, alcançando deste modo valores semelhantes aos heterossexuais (Antunes & Machado, 2005; Donovan et al., 2006; Santos, 2012; Opus Gay, 2014), transformando-se assim num fenómeno difícil de ignorar. Por conseguinte, é necessário ocorrerem alterações na delegação dos papéis sociais da mulher e do homem, da vítima e do agressor (Tropa, 2010).

Em Portugal, o Relatório Anual de Estatística da APAV de 2015 apresenta, pela primeira vez, informações acerca da VPI no âmbito de pessoas do mesmo sexo (APAV, 2016), sendo que a comunidade LGBT, em Portugal e no ano de 2016, apresenta 65 queixas, das quais 43 do sexo feminino e com uma idade média de 43,6 anos, e 22 do sexo masculino, com uma idade média de 45,7 anos (APAV, 2017).

II - Objectivos

A VPI é um fenómeno que se liga de modo direto com as Representações Sociais (RS), dado que estas oferecem a compreensão em relação à identidade social, norma e motivação, tendo em conta os diferentes comportamentos (Jodelet, 1989). Em Portugal a VPI entre casais do mesmo sexo está ainda pouco explorada (Tropa, 2010), todavia é tão importante e prevalente como a VPI entre casais de sexos diferentes (Redondo, Pimentel & Correia, 2012). Contudo, o preconceito para com os homossexuais e o heterossexismo, visíveis nas sociedades, promovem a sua ocultação, pois o surgimento desta vem abalar as concessões das representações sociais da mulher e do homem, como agressor e vítima (Tropa, 2010). Assim, será oportuno explorar as RS da VPI, tendo em vista sujeitos homossexuais, bissexuais e heterossexuais, de modo a compreender as particularidades nos factores de causa, manutenção e resolução, tal a como legitimação da VPI e as táticas de resolução de conflito.

Os objetivos mais específicos deste estudo são:

- Analisar as diferenças das RS da VPI, tendo em vista a orientação sexual dos sujeitos;
- Explorar a interação da orientação sexual dos sujeitos e a legitimação da VPI;
- Perceber a interação da orientação sexual dos indivíduos nos factores de Causa, Manutenção e Resolução da VPI.
- Analisar o impacto da variável sociodemográfica sexo e orientação sexual nas RS da VPI.

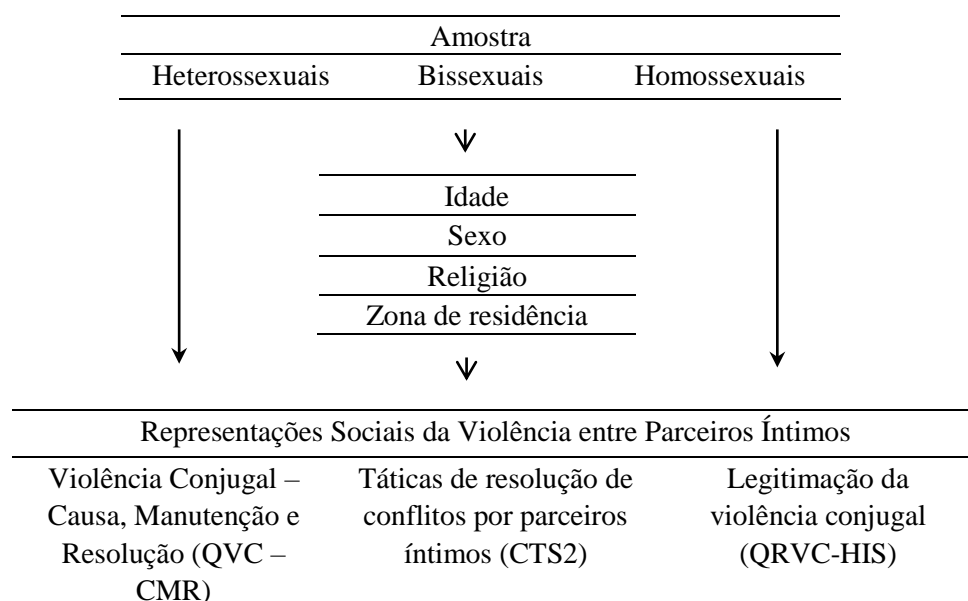


Figura 1: Mapa conceitual hipotético das relações entre as diferentes variáveis neste estudo.

III - Metodologia

3.1 Descrição da Amostra

A amostra deste estudo é constituída por um total de 170 sujeitos, sendo que recorrendo à Grelha de Orientação Sexual de Klein, dividimos os participantes em hétero, bi e homossexuais, tendo em consideração os itens “19 – A sua auto-identificação sexual presentemente (auto-imagem)” e “20 – A sua auto-identificação sexual no passado (auto-imagem)” desta grelha, uma vez que estas questões se associam ao estudo da variável “auto-identificação” (Pereira, Leal & Maroco, 2010). Sempre que os inquiridos responderam “1 – Apenas Heterossexual” ou “2 – Maioritariamente Heterossexual” são considerados heterossexuais, “3 – Algo mais Heterossexuais”, “4 – Homossexual/heterossexual de igual modo” e “5 – Algo mais Homossexual” são bissexuais e por fim quando assinalam “6 – Maioritariamente Homossexuais” ou “7 – Apenas Homossexuais” são classificados como homossexuais.

Assim sendo, 85 dos participantes deste estudo são heterossexuais (50%), 32 bissexuais (18.8%) e por fim 53 homossexuais (31,2%) (ver Tabela 1).

Esta amostra é maioritariamente representada por mulheres (n = 104; 61.2%) das quais 54 são heterossexuais (31.8%), 29 homossexuais (31.2%) e 21 bissexuais (12.3%).

Constatou-se uma oscilação das idades dos participantes entre o mínimo de 18 e o máximo de 61 anos, sendo a idade média 25,1 (DP = 6,8) anos. Dos participantes deste estudo 84 são estudantes (49.4%) (ver Tabela 1).

Os participantes residem predominantemente na zona norte (40.5%) e

na zona centro (48.3%) do país.

Neste estudo 114 dos inquiridos afirmaram estar numa relação (67.1%) à data do preenchimento do protocolo (ver Tabela 1).

Tabela 1. Caracterização da amostra - Dados sociodemográficos

Variáveis	Categoria	Orientação Sexual							
		Heterossexual		Bissexual		Homossexual		Total	
		n=85	(50%)	n=32	(18,8%)	n=53	(31,2%)	N=170	
		n	%	n	%	n	%	n	%
Sexo	Feminino	54	31.8	21	12.3	29	17.1	104	61.2
	Masculino	31	18.2	11	6.5	24	14.1	66	38.2
Idade	18-28	64	37.7	29	17.0	45	26.5	138	81.2
	29-39	15	8.8	2	1.2	6	3.5	23	13.5
	40-50	5	2.9	1	.6	1	.6	7	4.1
	51-61	1	.6	0	.0	1	.6	2	1.2
Zona de residência	Norte	40	23.5	13	7.6	16	9.4	69	40.5
	Centro	34	20.0	17	10.0	31	18.3	82	48.3
	Sul	0	.0	0	.0	1	.6	1	.6
	Ilhas	11	6.5	2	1.2	5	2.9	18	10.6
Relação	Sim	55	32.4	18	10.6	41	24.1	114	67.1
	Não	30	17.6	14	8.2	12	7.1	56	32.9
Estudante	Sim	41	24.1	13	7.6	30	17.7	84	49.4
	Não	44	25.9	19	11.2	23	13.5	86	50.6

Quando interrogados acerca da sua afiliação religiosa a maioria dos participantes indica não ser crente (45,3%), seguindo-se a opção crente católico não praticante (35,9%) (ver Tabela 2).

Tabela 2. Descrição da amostra - Afiliação Religiosa

Variáveis	Categoria	Orientação Sexual					
		Heterossexual		Bissexual		Homossexual	
		n=85	(50%)	n=32	(18,8%)	n=53	(31,2%)
		n	%	n	%	n	%
Afiliação Religiosa	Não Crente	27	15.9	19	11.2	31	18.2
	Crente Católico (Praticante)	22	12.9	4	2.3	3	1.8
	Crente Católico (Não Praticante)	33	19.4	9	5.3	19	11.2
	Crente de outra Religião (Praticante)	3	1.8	0	.0	0	.0
	Crente de outra Religião (Não Praticante)	0	.0	0	.0	0	.0

3.2 Instrumentos de Avaliação

Para realização deste estudo utilizámos um protocolo de avaliação (cf. Anexo 1) composto pelo Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares, ajustado à população em estudo. Foram ainda aplicados os seguintes questionários de autoresposta: Questionário de Violência Conjugal – Causa, Manutenção e Resolução (QVC-CMR), Escalas de Táticas de Conflitos Revisadas (CTS-2), Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) e Grelha de Orientação Sexual de Klein.

3.2.1 Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares

A elaboração do Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares tem como finalidade a caracterização da amostra em estudo.

Num primeiro momento foca-se em questões relacionadas com os dados demográficos dos participantes, como o sexo, idade, zona de residência, religião e profissão. Depois abrange alguns dados familiares, como a profissão e as habilitações literárias dos pais.

3.2.2 Questionário de Violência Conjugal – Causa, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)

O Questionário de Violência Conjugal – Causa, Manutenção e Resolução (QVC-CMR) (Alarcão, Alberto, Camelo & Correia, 2007) é composto por três conjuntos de catorze afirmações relativas aos fatores de causa, manutenção e resolução da VPI entre parceiros íntimos (Aguilar, 2010).

As respostas, às catorze afirmações de cada grupo, deverão representar o grau de concordância do sujeito com a mesma, indicando a sua consonância através de uma Escala de Liker de 4 pontos, na qual 1 corresponde a “Discordo Totalmente”, 2 a “Discordo”, 3 a “Concordo” e por fim 4 a “Concordo Totalmente” (Aguilar, 2010).

Aguilar (2010), no estudo de validação desta escala, obteve um valor de consistência interna de $\alpha = .878$ para o fator de causa, $\alpha = .830$ para o fator de manutenção e $\alpha = .840$ para o fator de resolução.

Neste estudo os valores encontrados para o alpha de Cronbach foram de $\alpha = .813$ para o fator de causa, $\alpha = .671$ para o fator de manutenção e $\alpha = .764$ para o fator de resolução. Estes valores são inferiores aos reportados por Aguilar (2010) no estudo de validação da escala.

3.2.3 Escalas de Táticas de Conflitos Revisadas (CTS-2)

As Escalas de Táticas de Conflitos Revisadas, versão portuguesa das *The Revised Conflict Tactics Scales* – CTS-2, desenvolvidas por Murray Straus (1996), têm como objetivo avaliar a forma como um casal tende a resolver os seus atritos, por meio de estratégias de negociação ou abuso (Alexandra & Figueiredo, 2006).

O CTS-2 é constituído por 39 itens, tendo um total de 78 questões, dado que cada item é composto por duas questões, uma acerca do próprio sujeito e outra ligada ao/a seu/sua companheiro(a). Permite, assim, a junção de informação relativa aos dois membros da díade, possibilitando a comparação entre estes e averiguar a frequência com que cada elemento da díade se serve destas estratégias. Este conjunto de itens possibilita a avaliação em cinco subescalas: Negociação (emocional e cognitiva), Agressão Psicológica (ligeira, severa e total), Abuso Físico Sem Sequelas (ligeiro, severo e total), Abuso Físico Com Sequelas (ligeiro, severo e total)

Qual o impacto da Orientação Sexual na visão e legitimação da Violência entre Parceiros Íntimos?

Stefanie Gomes Matos (stefaniegomesmatos20@gmail.com) 2017

e Coerção Sexual (ligeira, severa e total). Viabiliza o cálculo de trinta resultados distintos, uma vez que o CTS-2 é composto por cinco escalas diferentes, tendo dois agentes (o indivíduo e o seu companheiro) e três níveis de severidade (Alexandra & Figueiredo, 2006). Todavia também permite averiguar a cronicidade destes episódios, pelos elementos da díade e no último ano. Para tal, é constituído por oito opções de resposta, na qual as primeiras seis se referem ao último ano (1 - uma vez no ano anterior, 2 - duas vezes no ano anterior, 3 - 3-5 vezes no ano anterior, 4 - 6-10 vezes no ano anterior, 5 - 11-20 vezes no ano anterior e 6 - mais do que 20 vezes no ano anterior) e as restantes a prevalência global (7 - não no ano anterior, mas ocorreu anteriormente) e a ausência destes abusos (8 - nunca aconteceu) (Alexandra & Figueiredo, 2006).

As qualidades psicométricas do CTS-2 da versão portuguesa, nomeadamente o valor do alpha de Cronbach para a escala total de Vitimização é de $\alpha = .80$ e de $\alpha = .79$ para a escala total de Perpetração. No que concerne à Vitimização, a escala de Abuso Físico Sem Sequelas apresenta valores mais altos, sendo $\alpha = .74$, seguindo-se a escala de Negociação com $\alpha = .71$, Agressão Psicológica com $\alpha = .64$, Coerção Sexual com $\alpha = .51$ e, por último, a escala de Abuso Físico Com Sequelas com $\alpha = .47$. Em relação à Perpetração, a escala de Abuso Físico Sem Sequelas é a com um valor de alpha mais elevado, com $\alpha = .78$, seguindo-se a escala de Negociação com $\alpha = .73$, a de Agressão Psicológica com $\alpha = .68$, a de Coerção Sexual com $\alpha = .56$, concluindo com a escala de Abuso Físico Com Sequelas com $\alpha = .50$.

No presente estudo os valores encontrados do alpha de Cronbach para a escala total de Vitimização é de $\alpha = .91$ e de $\alpha = .86$ para a escala total de Perpetração. Relativamente à Vitimização as escalas de Negociação e de Abuso físico sem sequelas apresentam o valor de alpha de Cronbach mais elevado ($\alpha = .86$). Estas escalas apresentam, de igual modo, os valores mais elevados associados a Perpetração $\alpha = .84$ e $\alpha = .71$, respetivamente.

3.2.4 Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)

O Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) (Alarcão, Alberto, Camelo & Correia, 2007) é constituído por três histórias com dez afirmações sobre violência conjugal, tendo cinco fatores implícitos na elaboração destas três histórias: a) legitimação e/ou banalização da violência entre parceiros íntimos; b) legitimação e/ou banalização da violência pela conduta da vítima; c) legitimação e/ou banalização da violência por fatores externos; d) desvalorização/aceitação da violência em favor da privacidade familiar; e) (im)possibilidade de atribuição da violência ao agressor em função do seu estatuto social, económico e escolaridade. Estas histórias baseiam-se em diferentes visões acerca das dinâmicas da violência conjugal, de causas e das suas consequências (Aguilar, 2010). O indivíduo terá de assinalar, através de uma escala de Likert de 4 pontos (1 = Discordo Plenamente; 2 = Discordo; 3 = Concordo; 4 = Concordo Plenamente), o seu grau de concordância com as afirmações (Aguilar, 2010).

Avalia-se, deste modo, a representação do inquirido diante da banalização e/ou legitimação da Violência Conjugal, pois assinalar “Discordo Plenamente” prende-se a uma menor legitimação da VC, enquanto “Concordo Completamente” indica uma menor banalização da VC.

Aguilar (2010) obteve um coeficiente alfa de Cronbach de $\alpha = .95$ no estudo de validação da escala para a população portuguesa, apresentando uma elevada consistência interna. Quando examinadas as três histórias de uma forma isolada os valores de alfa de Cronbach mantêm-se elevados, nomeadamente $\alpha = .85$ para “História 1”, $\alpha = .91$ para a “História 2” e $\alpha = .89$ para “História 3”.

No presente estudo os valores do o alfa de Cronbach são idênticos aos reportados por Aguilar (2010) tanto na “História 1” $\alpha = .86$, “História 2” $\alpha = .91$, “História 3” $\alpha = .91$, como na escala completa $\alpha = .95$.

3.2.5 Grelha de Orientação Sexual de Klein

A Grelha de Orientação Sexual de Klein foi desenvolvida por Fritz Klein, em 1993, com o intuito de descrever a orientação sexual de um sujeito. Para tal é necessária a existência de sete variáveis: Atração Sexual, Comportamento Sexual, Fantasias Sexuais, Preferências Emocionais, Preferências Sociais, Estilo de Vida Homo ou Heterossexual e a Auto-identificação. Uma vez que a orientação sexual é um processo dinâmico e contínuo, é necessário ter em conta as dimensões temporais do passado, do presente e do ideal (Klein 1993).

Esta Grelha é composta por um total de vinte e um itens, divididos pelas sete variáveis, considerando nestas as três dimensões temporais. Para cada item o inquirido tem sete opções de resposta. Para as variáveis Atração Sexual, Comportamento Sexual, Fantasias Sexuais, Preferências Emocionais e Preferências Sociais “1 – Apenas o sexo oposto”, “2 – Maioritariamente o sexo oposto”, “3 – Algo mais o sexo oposto”, “4 – Os dois sexos de igual modo”, “5 – Algo mais o mesmo sexo”, 6 – Maioritariamente o mesmo sexo” e “7 – Apenas o mesmo sexo”. Para as variáveis Estilo de Vida Homo ou Heterossexual e a auto-identificação “1 – Apenas Heterossexual”, “2 – Maioritariamente Heterossexual”, “3 – Algo mais Heterossexual”, “4 – Homossexual/Heterossexual de igual modo”, “5 – Algo mais Homossexual”, “6 – Maioritariamente Homossexual” e “7 – Apenas Homossexual” (Pereira, Leal & Maroco, 2010).

Em Portugal, até a data da validação para a população portuguesa desta grelha, por Henrique Pereira, Isabel Leal e João Maroco (2010), não havia nenhum outro instrumento que avaliasse a orientação sexual. Encontrando uma consistência interna de $\alpha = .94$ para esta grelha, os autores preencheram uma lacuna na avaliação psicológica na sexualidade humana, saúde e comunidade (Pereira, Leal & Maroco, 2010).

Neste estudo o valor encontrado para o alfa de Cronbach é igualmente elevado ($\alpha = .98$), demonstrando a elevada consistência interna desta grelha.

3.3 Procedimentos de Investigação

Este estudo iniciou-se com a recolha de dados, entre dezembro de 2016 e abril de 2017, através da plataforma *online LimeSurvey*.

A informação relativa ao anonimato, confidencialidade e direito de desistir a qualquer momento, foi dada a todos os participantes deste estudo.

O protocolo de investigação foi ordenado e apresentado aos participantes da seguinte forma: Consentimento Informado, Questionário Sociodemográfico e de Dados Complementares, Questionário de Violência Conjugal – Causas, Manutenção e Resolução (QVC-CMR), as Escalas de Táticas de Conflito Revisadas (CTS-2), Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS) e a Grelha de Orientação Sexual de Klein.

3.4 Procedimentos Estatísticos

Para execução da análise estatística deste estudo recorreu-se ao programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, versão 22.0 para o Windows.

De acordo com a Teoria do Limite central (Marôco, 2011), uma amostra superior a 30 indivíduos proporciona a normalidade da distribuição. Uma vez que a nossa amostra é composta por 170 sujeitos é legítima a aplicação de testes paramétricos neste estudo, definindo como nível de significância $p \leq .05$.

Primeiro, através da Análise Descritiva do QVC-CMR, QRVC-HIS e CTS-2 tentámos compreender as RS da VPI e as táticas de resolução de conflitos. Comparámos, posteriormente, as médias totais de cada instrumento, entre as subamostras, através de uma ANOVA - *One-Way*.

Num segundo momento, com o uso do teste de Kruskal-Wallis, averiguámos discrepâncias entre as três subamostras (heterossexuais, bissexuais e homossexuais) em relação às RS da VPI.

Concluindo, analisou-se a influência da interação entre o sexo e a orientação sexual nas RS da VPI, através de uma ANOVA - *Two Way*.

IV - Resultados

4.1 Representações Sociais em volta da Violência Conjugal e Orientação Sexual (QVC-CMR e QRVC-HIS)

De modo a clarificar as RS da VPI, tendo em vista os diferentes subgrupos desta amostra, heterossexuais, bissexuais e homossexuais analisámos descritivamente o QVC-CMR e o QRVC-HIS.

No que concerne o QVC-CMR examinámos os dois itens com as médias mais altas e mais baixa relativas aos fatores de *causa*, *manutenção* e *resolução*, tendo em consideração os diferentes subgrupos desta amostra e a amostra total.

Como pode ser observado na tabela 3, a principal causa apontada pela

amostra total, pelos heterossexuais e homossexuais, para a VPI é a “Doença mental do agressor” (M = 2.96; DP = .76, M = 2.86; DP = .81 e M = 3.13; DP = .65). Porém os bissexuais indicam os “Antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima” (M = 3.03; DP = .74) como motivo principal. Este fator é indicado como o segundo motivo para a amostra total (M = 2.86; DP = .81), tal como para os heterossexuais (M = 2.72; DP = .75). Todavia, os homossexuais assinalam a “Baixa auto-estima do agressor” (M = 2.98; DP = .64) como segundo motivo.

Em relação às causas que menos influenciam a VPI, a amostra total alude ao “Comportamento provocador da vítima” como menos influente (M = 1.72; DP = .79). Contudo, o segundo fator menos dominante para os heterossexuais (M = 1.92; DP .76) e os bissexuais (M = 2.00; DP = .76) são os “Problemas/dificuldades criados pelos filhos”, enquanto que os homossexuais referem a “Doença mental da vítima” (M = 2.02; DP = .84).

Tabela 3. Factores de causas da VPI por orientação sexual (QVC-CMR)

Causas	Orientação Sexual							
	Heterossexual		Bissexual		Homossexual		Total	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Consumo de álcool ou drogas por parte do agressor	2.69	.90	2.66	.75	2.75	.71	2.71	.81
Aceitação social da violência	2.44	.98	2.75	.76	2.75	.79	2.58	.90
Luta de poder entre os membros do casal	2.40	.79	2.56	.84	2.58	.72	2.49	.78
Baixa auto-estima do agressor	2.59	.89	2.91	.64	2.98	.64	2.77	.79
Doença mental da vítima	2.05	.82	2.03	.82	2.02	.84	2.04	.82
Dificuldades económicas do casal/família	2.53	.78	2.44	.88	2.55	.82	2.52	.81
Fragilidade emocional da vítima	2.59	.89	2.69	.90	2.57	.80	2.60	.86
Interferência de outros familiares	2.28	.77	2.16	.85	2.25	.71	2.25	.78
Problemas/dificuldades criados pelos filhos	1.92	.76	2.00	.76	2.11	.64	1.99	.73
Relações extraconjugais do agressor e/ou da vítima	2.61	.83	2.63	.71	2.87	.68	2.68	.77
Antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima	2.72	.75	3.03	.74	2.92	.65	2.84	.73
Doença mental do agressor	2.86	.81	2.91	.73	3.13	.65	2.96	.76
Isolamento social do casal/família	2.69	.82	2.62	.83	2.77	.64	2.71	.77
Comportamento provocador da vítima	1.68	.80	1.66	.75	1.83	.83	1.72	.79

Relativamente aos fatores de manutenção (ver Tabela 4), a “Ausência de denúncia da violência conjugal” é o fator com a média mais elevada na amostra total (M = 3.44; DP = .59), nos heterossexuais (M = 3.51; DP = .57), bissexuais (M = 3.44; DP = .70) e nos homossexuais (M = 3.34; DP = .55).

Sucedem-se o item “Promessas de mudanças por parte do agressor” para a amostra total (M = 3.30; DP = .60), para os heterossexuais (M = 3.28; DP = .60), bissexuais (M = 3.38; DP = .61) e homossexuais (M = 3.28; DP = .61). O item “Interferência de outros familiares”  o que reporta a média mais baixa na amostra total (M = 2.55; DP; .71), nos heterossexuais (M = 2.61; DP = .77), bissexuais (M = 2.47; DP = .57) e homossexuais (M = 2.49; DP = .70). Segue-se o item “Ameaça de suicídio por parte do agressor” para a amostra total (M = 2.61; DP = .80) e heterossexuais (M = 2.55, DP =.88), sendo que os bissexuais e homossexuais apontam para o item “Desconhecimento da vítima relativamente aos seus direitos” (M = 2.56; DP = .72 e M = 2. 64; DP = .86).

Tabela 4. Factores de manuteno da VPI por orientao sexual (QVC-CMR)

Manuteno	Orientao Sexual							
	Heterossexual		Bissexual		Homossexual		Total	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Ausência de denúncia da violência conjugal	3.51	.57	3.44	.70	3.34	.55	3.44	.59
Falta de confiança na eficácia da justiça	3.16	.72	3.37	.83	3.26	.66	3.24	.72
Valorizao da união familiar	2.89	.74	2.84	.77	2.64	.76	2.81	.76
Existência de filhos	2.85	.88	2.87	.94	2.57	.84	2.76	.89
Isolamento social da vítima e/ou da família	2.94	.70	3.13	.66	3.06	.66	3.01	.68
Falta de conhecimento da vítima sobre como pedir ajuda	2.72	.88	2.66	.70	2.91	.88	2.76	.85
Ambivalência da vítima face ao agressor	3.01	.70	2.91	.69	2.92	.43	2.96	.62
Medo de retaliao es por parte da vítima	3.08	.88	3.34	.75	2.91	.88	3.08	.86
Desconhecimento da vítima relativamente aos seus direitos	2.75	.93	2.56	.72	2.64	.86	2.68	.87
Ameaa de suicdio por parte do agressor	2.55	.88	2.66	.65	2.68	.75	2.61	.80
Ausncia de respostas sociais para a vítima	2.78	.91	2.91	.59	2.81	.62	2.81	.78
Ternura do agressor fora dos momentos de violncia	2.96	.71	3.09	.73	3.02	.67	3.01	.70
Promessas de mudanças por parte do agressor	3.28	.61	3.38	.61	3.28	.60	3.30	.60
Interferncia de outros familiares	2.61	.77	2.47	.57	2.49	.70	2.55	.71

No que concerne aos factores de *resoluo* (ver Tabela 5), o item “Sensibilizar/educar os jovens, na escola, para que não aceitem a violência na relao de namoro ou de casal”  o que reporta a média mais elevada na amostra total (M = 3.82; DP = .43), nos heterossexuais (M 3.78; DP = .50),

nos bissexuais ($M = 3.88$; $DP = .34$), bem como nos homossexuais ($M = 3.85$; $DP = .36$). À qual se sucede o item “Proteger a vítima e os filhos, se houver” na amostra total ($M = 3.74$; $DP = .50$) nos heterossexuais ($M = 3.74$; $DP = .49$), nos bissexuais ($M = 3.84$; $DP = .37$) e nos homossexuais ($M = 3.68$; $DP = .71$).

O item com a média mais baixa para a amostra total ($M = 2.50$; $DP = .95$), para os heterossexuais ($M = 2.44$; $DP = .98$) e homossexuais ($M = 2.38$; $DP = .79$) é o item “Tratar o casal”, sendo que, os bissexuais apontam para o item “Mudar o comportamento da vítima” ($M = 2.75$; $DP = .72$). O segundo item menos pontuado foi unânime entre a amostra total ($M = 2.64$; $DP = .80$), os heterossexuais ($M = 2.69$; $DP = .83$), os bissexuais ($M = 2.84$; $DP = .68$) e os homossexuais ($M = 2.42$; $DP = .43$).

Tabela 5. Factores de resolução da VPI por orientação sexual (QVC-CMR)

Resolução	Orientação Sexual							
	Heterossexual		Bissexual		Homossexual		Total	
	M	(DP)	M	(DP)	M	(DP)	M	(DP)
Afastar o agressor	3.41	.71	3.41	.67	3.43	.61	3.42	.67
Condenar mais agressores	3.42	.76	3.34	.79	3.28	.74	3.36	.76
Estimular a denúncia das situações	3.72	.53	3.75	.51	3.60	.57	3.69	.54
Estimular a separação/divórcio do casal	3.22	.79	3.16	.68	3.21	.71	3.21	.75
Proteger a vítima e os filhos, se os houver	3.74	.49	3.84	.37	3.68	.58	3.74	.50
Mudar o comportamento da vítima	2.78	.97	2.75	.72	2.75	.90	2.76	.90
Tratar o agressor	3.18	.88	3.56	.50	3.25	.55	3.27	.74
Tratar o casal	2.44	.98	2.87	1.00	2.38	.79	2.50	.95
Informar mais a população geral sobre as consequências da violência conjugal	3.44	.72	3.53	.67	3.53	.58	3.48	.66
Melhorar as condições socio-económicas das famílias	2.69	.83	2.84	.68	2.42	.77	2.64	.80
Aumentar os direitos da mulher	2.89	.91	2.94	1.08	3.04	.83	2.95	.92
Aumentar os tempos de lazer das famílias	2.80	.95	3.00	.72	2.70	.77	2.81	.86
A vítima ter ajuda de familiares, amigos, vizinhos	3.42	.59	3.38	.61	3.34	.62	3.39	.60
Sensibilizar/educar os jovens, na escola, para que não aceitem a violência na relação de namoro ou de casal	3.78	.50	3.88	.34	3.85	.36	3.82	.43

Para concluir, é importante referir que não foram encontradas evidências estatísticas para afirmar que a média das respostas variem

consoante a orientação sexual dos sujeitos² ($p > .05$).

Explorámos, de igual forma o QRVC-HIS, tendo em conta as duas alíneas mais e menos pontuadas, pelos sujeitos, na amostra total e nas respetivas subamostras nas três histórias.

Como pode ser observado na tabela 6, na História 1 a afirmação mais pontuada para a amostra total, para os heterossexuais, bissexuais e homossexuais ($M = 1.92$; $DP = .39$, $M = 1.86$; $DP = .94$, $M = 2.00$; $DP = .92$ e $M = 1.98$; $DP = .99$) foi “Se o Arménio anda mais nervoso por causa do trabalho, é provável que descarregue a sua tensão sobre a Manuela”, tal como “A Manuela e o Arménio são adultos responsáveis e devem resolver os problemas da violência “entre portas”, sem trazer a público estas questões privadas” ($M = 1.47$; $DP = .76$, $M = 1.55$; $DP = .88$, $M = 1.37$; $DP = .71$ e $M = 1.40$; $DP = .57$), indicando que estes fatores são os mais legitimadores para a VPI. Os itens menos pontuados e assim menos legitimadores da VPI para a população total e para os homossexuais são “É compreensível que o Arménio se passe, porque gerir o trabalho, os filhos e uma mulher que se atrasa é difícil” ($M = 1.18$; $DP = .46$, $M = 1.17$; $DP = .43$) e “Com os estudos que tem, o Arménio é incapaz de maltratar realmente a sua mulher” ($M = 1.19$; $DP = .49$ e $M = 1.17$; $DP = .38$). Já os bissexuais indicam “Se o Arménio é uma pessoa simpática e disponível para com os outros fora de casa, será incapaz de ser violento na sua própria casa” e “A Manuela deve guardar para si as dificuldades que tem com o marido para bem da família e, particularmente, dos filhos” como menos legitimadores da VPI ($M = 1.09$; $DP = .30$ e $M = 1.09$; $DP = .30$). Os heterossexuais pontuam com média mais baixa, sendo assim as menos legitimadoras, as seguintes afirmações “O Arménio tem alguma razão em ficar zangado e em agredir a Manuela porque ela o impede de chegar a horas às reuniões” ($M = 1.13$; $DP = .37$) e “Uma bofetada dada num momento de zanga/tensão, não é propriamente violência conjugal” ($M = 1.16$; $DP = .51$).

Tabela 6. Análise descritiva das respostas ao QRVC-HIS – História 1

	Orientação Sexual							
	Heterossexual		Bissexual		Homossexual		Total	
	M	(DP)	M	(DP)	M	(DP)	M	(DP)
1	1.24	.59	1.13	.34	1.17	.38	1.19	.49
2	1.32	.64	1.22	.55	1.26	.63	1.28	.62
3	1.29	.65	1.16	.37	1.13	.34	1.22	.48
4	1.25	.55	1.09	.30	1.19	.44	1.20	.48
5	1.25	.49	1.09	.30	1.28	.60	1.23	.50
6	1.86	.94	2.00	.92	1.98	.99	1.92	.39
7	1.13	.37	1.13	.42	1.13	.39	1.13	.39
8	1.55	.88	1.37	.71	1.40	.57	1.47	.76
9	1.16	.51	1.28	.52	1.38	.66	1.25	.57
10	1.20	.51	1.16	.45	1.17	.43	1.18	.46

² Ver Anexo II – Tabela 2.

Na História 2 (ver Tabela 7) o item mais pontuado pela amostra total, pelos heterossexuais, bissexuais e homossexuais foi “Provavelmente a Luísa é mais agressiva com o António por causa de estar tão cansada com todo o trabalho que tem” (M = 1.97; DP = .89, M = 1.88; DP = .89, M = 2.00; DP = .92 e M = 2.09; DP = .88), sendo desta forma o mais legitimador da VPI. Segue-se a afirmação “A Luísa tem razão em zangar-se com o marido, pois trabalha bastante e ele não a ajuda nada; antes pelo contrário, dá-lhe mais trabalho” para o total da amostra (M = 1.66; DP = .80), heterossexuais (M = 1.60; DP = .81) bissexuais (M = 1.69; DP = .86) e homossexuais (M = 1.74; DP = .76). Os bissexuais apontam igualmente para o item “Como pessoa do campo e com pouca escolaridade, é bem provável que a Luísa resolva as coisas pela força e não pela conversa” (M = 1.69; DP = .82).

Em relação aos itens com menor legitimação surge em primeiro lugar, para a amostra total e para os homossexuais, a afirmação “Estas zangas da Luísa com o António são usuais nesta idade; até podem provocar alguns acidentes, mas não pode dizer-se que seja uma violência séria” (M = 1.38; DP = .64, M = 1.32; DP = .51), sucedendo-se a afirmação “É um exagero considerar estas pequenas “batalhas” entre a Luísa e o António como um problema de violência conjugal” (M = 1.39; DP = .64, M = 1.38; DP = .63). Os bissexuais assinalam também esses dois itens, com menor legitimação, porém de modo inverso, assim sendo surge em primeiro lugar a afirmação “É um exagero considerar estas pequenas “batalhas” entre a Luísa e o António como um problema de violência conjugal” (M = 1.31; DP = .54), sucedendo-se a afirmação “Estas zangas da Luísa com o António são usuais nesta idade; até podem provocar alguns acidentes, mas não pode dizer-se que seja uma violência séria” (M = 1.34; DP = .60). Os heterossexuais assinalam o item “O António faz bem em aguentar esta situação e em desculpar a mulher pois nesta idade é melhor fazer tudo para se manterem juntos, como casal” e “O António faz bem em desvalorizar a violência da Luísa para não perturbar a paz familiar” (M = 1.38; DP = .64, M = 1.39; DP = .60) como sendo menos legitimadores da VPI.

Tabela 7. Análise descritiva das respostas ao QRVC-HIS – História 2

	Orientação Sexual							
	Heterossexual		Bissexual		Homossexual		Total	
	M	(DP)	M	(DP)	M	(DP)	M	(DP)
1	1.44	.68	1.31	.54	1.38	.63	1.39	.64
2	1.39	.60	1.37	.55	1.42	.60	1.39	.59
3	1.44	.66	1.41	.62	1.43	.75	1.43	.68
4	1.45	.70	1.37	.66	1.47	.64	1.44	.67
5	1.54	.75	1.69	.82	1.62	.74	1.59	.76
6	1.60	.81	1.69	.86	1.74	.76	1.66	.80
7	1.38	.64	1.44	.67	1.47	.61	1.42	.63
8	1.88	.89	2.00	.92	2.09	.88	1.97	.89

9	1.44	.72	1.34	.60	1.32	.51	1.38	.64
10	1.55	.73	1.50	.76	1.60	.74	1.56	.74

Em relação à História 3 (ver Tabela 8), a amostra total, os heterossexuais, bissexuais e os homossexuais apontaram como fator mais legitimador da VPI a afirmação “O problema é a bebida, o Esteves só se torna agressivo por causa do vinho” (M = 1.65; DP = .72, M = 1.58; DP = .70, M = 1.62; DP = .75 e M = 1.79; DP = .74). Porém, a amostra total e os heterossexuais assinalam como segundo maior motivo de legitimação da VPI a afirmação “A Deolinda deve tentar manter este casamento, até porque tem um filho pequeno e vai ter outro, que precisam do pai” (M = 1.40; DP = .62, M = 1.40; DP = .68), já os bissexuais indicam “O Esteves anda muito preocupado, agora que vem aí outro filho, e isso faz com que fique mais irritado e se descontrola de vez em quando” (M = 1.56; DP = .80), enquanto os homossexuais apontam para “Não admira que o Esteves bata na mulher porque é um operário com pouca instrução e sensibilidade para a questão da violência” (M = 1.43; DP = .67).

No que diz respeito aos itens menos pontuados e assim menos legitimadores da VPI, a amostra total e os heterossexuais afirmam “A Deolinda deve estar a exagerar um bocadinho nas suas histórias sobre as desavenças que tem com o Esteves e a fazer-se de vítima” (M = 1.22; DP = .49 e M = 1.18; DP = .49), sendo que os heterossexuais indicam também “Se a Deolinda nunca precisou de receber cuidados médicos, é porque o marido não é assim tão violento como ela diz” (M = 1.18; DP = .47). Este item é considerado como o menos legitimador para os homossexuais (M = 1.21; DP = .46) e bissexuais (M = 1.19; DP = .47). Todavia os bissexuais consideram de igual forma o item “Se a Deolinda faz sempre o contrário do que o Esteves pede, é porque gosta de o provocar e de se sujeitar a ser agredida” (M = 1.19; DP = .40). Sucede-se a afirmação “A Deolinda não devia andar a “publicitar” estas discussões que tem com o marido pois isso só diz respeito ao casal” (M = 1.23; DP = .42) para os homossexuais e, novamente, a afirmação “Se a Deolinda nunca precisou de receber cuidados médicos, é porque o marido não é assim tão violento como ela diz (M = 1.24; DP = .46) e a afirmação “A Deolinda devia esforçar-se por saber o que o Esteves quer para o jantar, para evitar que o marido se chateie” (M = 1.24; DP = .49) para a amostra total.

Tabela 8. Análise descritiva das respostas ao QRVC-HIS – História 3

	Orientação Sexual							
	Heterossexual		Bissexual		Homossexual		Total	
	M	(DP)	M	(DP)	M	(DP)	M	(DP)
1	1.40	.68	1.37	.56	1.42	.57	1.40	.62
2	1.58	.70	1.62	.75	1.79	.74	1.65	.72
3	1.22	.50	1.25	.57	1.25	.43	1.24	.49
4	1.18	.47	1.19	.47	1.21	.46	1.24	.46
5	1.28	.55	1.37	.61	1.43	.67	1.35	.60

6	1.28	.59	1.56	.80	1.32	.55	1.35	.63
7	1.35	.612	1.25	.81	1.40	.60	1.35	.59
8	1.26	.56	1.25	.51	1.23	.42	1.25	.51
9	1.22	.50	1.19	.40	1.34	.55	1.25	.50
10	1.18	.49	1.22	.49	1.28	.50	1.22	.49

Com a análise da tabela 9 é visível que os homossexuais da nossa amostra legitimam mais a VPI (M = 42.30; DP = 11.49) do que os heterossexuais (M = 41.29; DP = 13.05) e os bissexuais (M = 41.03; DP = 12.07), sendo estes os menos legitimadores da mesma. Contudo não foram encontradas evidências estatísticas para afirmar que a média das respostas mude consoante a orientação sexual dos sujeitos³ (p > .05).

Tabela 9. Análise descritiva das respostas ao QRVC-HIS

	Orientação Sexual							
	Heterossexual		Bissexual		Homossexual		Amostra Total	
	M	(DP)	M	(DP)	M	(DP)	M	(DP)
História 1	13.25	4.36	12.62	3.32	13.09	3.52	13.08	3.92
História 2	15.09	5.45	15.12	5.30	15.55	4.92	15.24	5.24
História 3	12.95	4.27	13.28	4.30	13.66	3.99	13.24	4.18
Total Histórias	41.29	13.05	41.03	12.07	42.30	11.49	41.56	12.34

4.2 Violência entre Parceiros Íntimos, Táticas de Resolução de Conflitos e Orientação Sexual (CTS-2)

Em relação à prevalência da perpetração é visível, na Tabela 10, que a tática de resolução de conflitos mais reportada pela amostra total (81.6%) e pelas suas subamostras heterossexual (40.2%) e bissexual (12.6%) é a Negociação Emocional. Enquanto que os homossexuais apresentam o valor mais elevado da prevalência da perpetração tanto na tática de Negociação Emocional, com na Cognitiva (28.8%). É importante referir que a tática de Negociação é uma tática não abusiva de resolução de conflitos.

Quando focadas as táticas de resolução de conflitos abusivas, é observável que a tática mais indicada é a Agressão Psicologia Ligeira, na amostra total (57.6%), nos heterossexuais (27.6%), bissexuais (8.4%) e homossexuais (21.6%).

Tabela 10. Análise descritiva da prevalência da perpetração táticas de resolução de conflito nas relações íntimas (CTS-2)

Variáveis	Categoria	Perpetração							
		Heterossexual		Bissexual		Homossexual		Total	
		n=85 n	(50%) %	n=32 n	(18,8%) %	n=53 n	(31,2%) %	N=170 n	(100%) %
Negociação	Emocional	67	40.2	21	12.6	48	28.8	136	81.6

³ Ver Anexo II – Tabela 3.

	Cognitivo	65	29	18	10.8	48	28.8	131	78.6
Agressão Psicológica	Ligeiro	46	27.6	14	8.4	36	21.6	96	57.6
	Severo	8	4.8	4	2.4	4	2.4	16	9.6
Abuso Físico sem Sequelas	Ligeiro	16	9.6	7	4.2	5	3	28	16.8
	Severo	5	3	3	1.8	7	4.2	15	9
Coerção Sexual	Ligeiro	13	7.8	4	2.4	10	6	27	16.2
	Severo	3	1.8	0	0	2	1.2	5	3
Abuso Físico com Sequelas	Ligeiro	4	2.4	1	.6	2	1.2	7	4.2
	Severo	2	1.2	0	0	4	2.4	6	3.6

Salientando agora as táticas de resolução de conflito na vitimização (ver Tabela 11) constatamos, de igual modo, que a Negociação Emocional é a tática mais reportada na amostra total (81.6%), nos heterossexuais (39.6%), nos bissexuais (12.6%), tal como nos homossexuais (29.4 %). Todavia, destacamos a Agressão Psicológica Ligeira, como sendo a tática de resolução de conflitos abusiva mais reportada na amostra total (57.6%), heterossexuais (27.6%), bissexuais (9%) e homossexuais (21%).

Tabela 11. Análise descritiva da prevalência da vitimização das táticas de resolução de conflito nas relações íntimas (CTS-2)

		Vitimização							
Variáveis	Categoria	Heterossexual		Bissexual		Homossexual		Total	
		n=85	(50%)	n=32	(18,8%)	n=53	(31,2%)	N=170	(100%)
		n	%	n	%	N	%	n	%
Negociação	Emocional	66	39.6	21	12.6	49	29.4	136	81.6
	Cognitivo	65	39	18	10.8	48	28.8	131	78.6
Agressão Psicológica	Ligeiro	46	27.6	15	9	35	21	96	57.6
	Severo	10	6	4	2.4	5	3	19	11.4
Abuso Físico sem Sequelas	Ligeiro	21	12.6	8	4.8	15	9	44	26.4
	Severo	6	3.6	3	1.8	5	3	14	8.4
Coerção Sexual	Ligeiro	16	9,6	2	1.2	8	4.8	26	15.6
	Severo	2	1.2	0	0	2	1.2	4	2.4
Abuso Físico com Sequelas	Ligeiro	5	3	1	.6	3	1.8	9	5.4
	Severo	2	1.2	0	0	0	0	2	1.2

Relativamente à cronicidade da perpetração das táticas de resolução de conflitos nas relações íntimas, é perceptível que a tática não abusiva Negociação Emocional é a mais frequente na amostra total ($M = 34.51$; $DP = 25.64$), nos heterossexuais ($M = 34.45$; $DP = 25.05$), nos bissexuais ($M = 28.69$; $DP = 26.42$) e nos homossexuais ($M = 38.11$; $DP = 25.94$). Ressaltando as táticas abusivas, é visível que a Agressão Psicológica Ligeira é a mais reportada no total da amostra ($M = 5.97$; $DP = 11.40$), assim como nas subamostras (ver Tabela 12).

Tabela 12. Análise descritiva da cronicidade da perpetração das táticas de resolução de conflito nas relações íntimas (CTS-2)

		Perpetração							
Variáveis	Categoria	Heterossexual		Bissexual		Homossexual		Total	
		n=85		n=32		n=53		N=170	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP

Qual o impacto da Orientação Sexual na visão e legitimação da Violência entre Parceiros Íntimos?

Stefanie Gomes Matos (stefaniegomesmatos20@gmail.com) 2017

Negociação	Emocional	34.45	25.05	28.69	26.41	38.11	25.94	34.51	25.64
	Cognitivo	17.61	16.32	18.97	22.06	23.11	20.98	19.58	19.04
Agressão Psicológica	Ligeiro	4.54	8.18	4.40	8.55	9.19	15.98	5.97	11.40
	Severo	1.15	6.67	1.22	4.81	.72	3.61	1.03	5.52
Abuso Físico sem Sequelas	Ligeiro	1.19	6.23	.50	1.44	2.17	10.56	1.36	7.38
	Severo	1.54	10.84	.16	.72	.72	3.53	1.02	7.91
Coerção Sexual	Ligeiro	1.32	4.98	1.16	4.53	2.60	7.56	1.69	5.84
	Severo	.55	3.90	0	.00	.11	.70	.31	3.90
Abuso Físico com Sequelas	Ligeiro	.47	3.00	.06	.35	.09	.56	.28	2.151
	Severo	.81	7.16	0	.00	.59	3.51	.59	5.44

No que concerne a vitimização (ver Tabela 13) é, mais uma vez, a tática não abusiva Negociação Emocional que se destaca como sendo a mais frequente na amostra total ($M = 34.12$; $DP = 26.38$), nos heterossexuais ($M = 34.24$; $DP = 26.23$), nos bissexuais ($M = 27.41$; $DP = 25.35$), e nos homossexuais ($M = 37.98$; $DP = 11.40$), assim como a Agressão Psicológica Ligeira nas táticas abusivas para a amostra total ($M = 5.15$; $DP = 9.35$), heterossexual ($M = 3.83$; $DP = 6.72$), bissexual ($M = 4.91$; $DP = 10.64$) e homossexual ($M = 7.43$; $DP = 11.64$).

Tabela 13. Análise descritiva da cronicidade da vitimização das táticas de resolução de conflito nas relações íntimas (CTS-2)

Variáveis	Categoria	Vitimização							
		Heterossexual n=85		Bissexual n=32		Homossexual n=53		Total N=170	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Negociação	Emocional	34.24	26.23	27.41	25.35	37.98	26.90	34.12	26.38
	Cognitivo	18.49	16.97	17.34	20.93	23.57	21.58	19.86	19.32
Agressão Psicológica	Ligeiro	3.83	6.72	4.91	10.64	7.43	11.64	5.15	9.35
	Severo	.96	4.91	1.31	5.00	.64	3.48	.93	4.51
Abuso Físico sem Sequelas	Ligeiro	1.62	8.76	.52	1.49	.72	2.56	1.14	6.41
	Severo	1.76	13.06	.22	.79	.98	4.81	1.23	9.61
Coerção Sexual	Ligeiro	1.73	6.76	1.19	6.53	2.00	6.29	1.71	6.54
	Severo	.79	6.84	0	.00	.55	3.47	.56	5.20
Abuso Físico com Sequelas	Ligeiro	.41	2.64	.03	.18	.25	1.19	.29	1.98
	Severo	.45	3.81	0	.00	0	.00	.22	2.69

Não foram encontradas evidências estatísticas para afirmar que a média das respostas variem consoante a orientação sexual dos sujeitos⁴ ($p > .05$).

4.3 Influência da variável “Orientação Sexual” na legitimação da Violência Conjugal (QRVC-HIS)

Com os resultados obtidos para o teste de Kruskal-Wallis (ver Tabela 14) constatou-se, para um nível de significância de .05, não existirem evidências estatísticas de que a legitimação da VPI e a orientação sexual dos sujeitos estejam relacionadas ($p > .05$).

⁴ Ver Anexo II – Tabela 4.

Tabela 14. Influência da variável Orientação Sexual no QRVC-HIS

	Histórias											
	História 1			História 2			História 3			História Total		
	Qui-quadrado	df	p	Qui-quadrado	df	p	Qui-quadrado	df	p	Qui-quadrado	df	p
Orientação Sexual	.402	2	.818	1.317	2	.518	2.715	2	.257	1.283	2	.526

4.4 Interação da variável “Orientação Sexual” nos fatores de Causa, Manutenção e Resolução

Com a análise dos resultados, utilizando o teste de Kruskal-Wallis (ver Tabela 15), verificou-se, para um nível de significância de .05, não existirem evidências estatísticas para afirmar que a orientação sexual dos sujeitos influencie os fatores de Causa, Manutenção e Resolução da VPI ($p > .05$).

Tabela 15. Interação da variável Orientação Sexual no QVC-CMR

Variáveis	Fatores								
	Causa			Manutenção			Resolução		
	Qui-quadrado	df	p	Qui-quadrado	df	p	Qui-quadrado	df	p
Orientação Sexual	2.055	2	.358	1.331	2	.514	2.466	2	.291

4.5 Relação entre a variável “Orientação Sexual” e “Sexo” relativamente às Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos (QRVC-HIS e QVC-CMR)

Quando averiguada a interação das variáveis Orientação Sexual e Sexo com as Histórias 1, 3 e História Total (ver Tabelas 16, 18 e 19), constatamos não existem diferenças estatisticamente significativas ($p > .05$), ao passo que com a História 2 (ver Tabela 17) verifica-se uma interação entre estas duas variáveis ($p < .05$).

Tabela 16. ANOVA Two-way para a História 1

	Teste de efeitos entre assuntos				
	Tipo III Soma dos Quadrados	df	Quadrado médio	F	Sig.
Sexo-Orientação	26.831	2	13.416	.924	.399

Tabela 17. ANOVA Two-way para a História 2

	Teste de efeitos entre assuntos				
	Tipo III Soma dos	df	Quadrado médio	F	Sig.

Qual o impacto da Orientação Sexual na visão e legitimação da Violência entre Parceiros Íntimos?

Stefanie Gomes Matos (stefaniegomesmatos20@gmail.com) 2017

Quadrados					
Sexo	307.167	1	307.167	12.583	.001
Orientação	1.802	2	.901	.037	.964
Sexo-Orientação	174.902	2	87.451	3.582	.030

Tabela 18. ANOVA Two-way para a História 3

Teste de efeitos entre assuntos					
	Tipo III Soma dos Quadrados	df	Quadrado médio	F	Sig.
Sexo-Orientação	29.749	2	14.875	.910	.404

Tabela 19. ANOVA Two-Way para o Total das Histórias

Teste de efeitos entre assuntos					
	Tipo III Soma dos Quadrados	df	Quadrado médio	F	Sig.
Sexo-Orientação	525.099	2	262.549	1.895	.154

Analísamos os efeitos principais para a História 2, constatando-se a existência de diferenças estatisticamente significativas ($p < .05$) entre o sexo feminino e masculino na subamostra heterossexual (ver Tabela 20).

Tabela 20. Comparação de Pares – Variável Orientação Sexual e Sexo na História

Orientação	(I)Sexo	(J) Sexo	Diferença média (I-J)	Erro Padrão	Sig.	95% Intervalo de Confiança para Diferença	
						Limite inferior	Limite superior
Heterossexual	Feminino	Masculino	-5.234	1.113	.000	-7.432	-7.432
	Masculino	Feminino	5.234	1.113	.000	-2.169	7.432
Bissexual	Feminino	Masculino	-.3273	1.839	.077	-6.904	.358
	Masculino	Feminino	3273	1.839	.077	-.358	6.903
Homossexual	Feminino	Masculino	-.523	1.363	.702	-7.432	2.169
	Masculino	Feminino	.523	1.363	.702	-2.169	3.215

Através da análise da tabela 21, podemos concluir que os heterossexuais do sexo masculino ($M = 18.42$; $DP = 5.70$) legitimam mais a VPI na História 2 do que o sexo feminino ($M = 13.19$; $DP = 4.31$).

Tabela 21. Análise Descritiva – Heterossexuais - Variável Sexo

Sexo	n	M	DP
Feminino	54	13.19	4.31
Masculino	31	18.42	5.70
Total	85	15.09	5.45

Com a análise da interação entre as variáveis orientação sexual e sexo com os diferentes fatores (QVC-CMR), constatou-se não existirem diferenças estatisticamente significativas em nenhum dos fatores (ver Tabelas 22, 23 e 24) ($p > .05$).

Tabela 22. ANOVA Two-Way para os Factores de Causa

Teste de efeitos entre assuntos					
	Tipo III Soma dos Quadrados	df	Quadrado médio	F	Sig.
Sexo- Orientação	145.196	2	72.553	2.100	.126

Tabela 23. ANOVA Two-Way para os Factores de Manutenção

Teste de efeitos entre assuntos					
	Tipo III Soma dos Quadrados	df	Quadrado médio	F	Sig.
Sexo- Orientação	48.735	2	24.367	1.225	.296

Tabela 24. ANOVA Two-Way para os factores de Resolução

Teste de efeitos entre assuntos					
	Tipo III Soma dos Quadrados	df	Quadrado médio	F	Sig.
Sexo- Orientação	7.125	2	3.562	.139	.870

V - Discussão

Na subdivisão que se segue pretende-se comparar e realizar leituras compreensivas dos resultados obtidos, neste estudo, com a literatura a que tivemos acesso. Porém, é importante não esquecer o facto deste se tratar de um estudo exploratório e ressaltar que não é possível a generalização destes resultados para a população geral. Ainda assim, acredita-se que este estudo poderá ser um importante contributo para o conteúdo em análise.

5.1 Representações Sociais em volta da Violência Conjugal e Orientação Sexual (QVC-CMR e QRVC-HIS)

5.1.1 Questionário de Violência Conjugal – Causa, Manutenção e Resolução (QVC-CMR)

Com a análise descritiva do QVC-CMR tivemos a possibilidade de constatar quais os fatores de causa, manutenção e resolução que influenciam, mais ou menos, a VPI na amostra total, heterossexual, bissexual e

homossexual. O fator de causa mais pontuada pela amostra total, heterossexual e homossexual prende-se com a “Doença mental do agressor”. De facto, a literatura informa-nos que os agressores apresentam inúmeras vezes um historial de doenças mentais ou de diagnósticos de perturbações de personalidades (Dobash et al., 2004, citado por Watt, 2008). As perturbações que mais se associam a VPI são: o abuso de substâncias, a perturbação de personalidade borderline, a depressão, e a perturbação de *stress* pós-traumático (Kropp, 2005 citado por Costa, 2013). Constata-se, também, na literatura que, no sexo masculino, perpetradores de atos violentos nas suas relações íntimas exibem mais problemas psicológicos do que os não perpetradores (Riggs, Caufield & Street, 2000, citados por Stith & McMonigle, 2009).

A subamostra bissexual indica o item “Antecedentes de violência na família de origem do agressor e/ou da vítima” como o mais pontuado, sendo este o segundo fator de causa mais pontuado para a subamostra heterossexual e para a amostra total. Este resultado converge com resultados já obtidos em estudos anteriores (Aguilar, 2010; Bompastor, 2015; Vieira, 2013). Para alguns autores, a escolha do parceiro é muitas vezes influenciada pelas famílias de origem, havendo uma reincidência dos padrões de relacionamento afetivos aprendidos na infância (Wagner & Falcke, 2001, como citado em Gomes, 2005). Verifica-se que a sujeição à violência nas famílias de origem representa um fator de risco para perpetração ou vitimização dos sujeitos nas suas relações íntimas (Lameira, 2013). Todavia, a subamostra homossexual refere o item “Baixa auto-estima do agressor” como o segundo fator de causa mais influente para a VPI. Este fator surge inúmeras vezes como um fator de risco para a perpetração da VPI na literatura (Stewart, MacMillan, & Wathen, 2012; Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi & Lozano, 2002; Anacleto, Njaine, Longo, Boing, & Peres, 2009), encontrando-se evidências, quando explorados os perfis dos agressores, que uma grande parte dos perpetradores de VPI dispõem de baixa-autoestima (Hamberger & Holtzworth-Munroe, 1994).

Em relação aos fatores de manutenção os itens com as médias mais elevadas para a amostra total e as suas subamostras são “A ausência de denúncia por parte da vítima ou de terceiros” e a “Promessa de mudança por parte do agressor”.

Hoje em dia, as vítimas de VPI já são incentivadas para denunciar os atos abusivos aos quais os agressores as sujeitam, tendo o número de denúncias aumentado com o passar dos anos (APAV, 2017). Todavia, os homossexuais deparam-se, ainda hoje, com o preconceito sexual institucionalizado na sociedade, confrontando-se deste modo, com inúmeras dificuldades na procura de apoio externo (Nunan, 2004), tal como o preconceito sexual internalizado por estes, que tem um impacto tóxico no seu estado emocional, intensificando a sua posição de submissão em prol dos agressores e retirando-lhes toda a sua esperança. Evitam, muitas vezes, a procura de ajuda e a denúncia das agressões a que são sujeitos (Gelles, 1997) devido ao receio de explanar a sua orientação sexual às instituições, aos amigos e aos familiares (Antunes & Machado, 2005).

“Assim, as vítimas de violência doméstica homossexuais e bissexuais sofrem uma revitimização, ou seja, são primeiramente vitimados pelos/as seus/suas companheiros/as e depois vitimados/as pela sociedade (Rodrigues et al., 2011, p. 90)”.

Seria importante promover a formação de técnicos profissionais com capacidades para intervir neste âmbito, estando cientes dos mitos e estereótipos ligados à homossexualidade, tendo conhecimento das características específicas da VPI em casais homossexuais (Redondo, Pimentel & Correia, 2012), quebrando assim o silêncio em volta desta temática.

Apesar do número de denúncias ter aumentado, como referido anteriormente, o número de vítimas que não o fazem temendo as represálias por parte do agressor é enorme (Sampaio, 2012), como, por exemplo, no caso dos homossexuais que se encontram num “segundo armário”, a explanação da sua orientação sexual por parte do agressor (Vickers, 1996).

No que concerne às “Promessas de mudança por parte do agressor”, estas representam a terceira e última fase do ciclo da violência apresentado por Alarcão (2000), denominada “fase de lua-de-mel”, caracterizada pelas promessas e pelos arrependimentos dos agressores. Todavia, este “ciclo” é vicioso e não tem um fim, reiniciando-se com o surgimento de pequenos conflitos entre o casal.

Relativamente aos fatores de Resolução, os itens assinalados pela amostra total e suas subamostras com as médias mais elevadas foram “Sensibilizar/educar os jovens na escola para que não aceitem a violência na relação de namoro” e “Proteger as vítimas e os filhos, se houver”.

Nos dias que correm, é visível um conjunto de crenças erróneas associadas ao significado de relação e de amor, legitimando a violência no namoro como sendo algo socialmente aceite, tolerado e iludindo os jovens que confundem o amor e afeto com atos abusivos aos quais são sujeitos nestas relações. Transforma-se, deste modo, esta realidade em algo praticamente invisível (Nascimento, 2009). Em jovens homossexuais inexperientes e que não assumiram a sua orientação sexual diante da sociedade a vulnerabilidade perante este fenómeno aumenta (Ristock, 2003).

É importante salientar e não esquecer que os casamentos abusivos normalmente precedem de uma relação de namoro já violenta (Matos, 2000).

A Organização Mundial de Saúde apela, deste modo, às organizações e aos diferentes governos das sociedades para intervir na prevenção da VPI ressaltando a importância para que os serviços de saúde, as forças de segurança, o sistema judicial, as escolas e os serviços de apoio social trabalhem em conjunto com o intuito de prevenir a VPI (Krug et al., 2002).

De forma a proteger as vítimas e filhos, quando estes existem, encontramos em Portugal associações como a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que facultam às vítimas apoio psicológico, jurídico, social e emocional de uma forma confidencial e gratuita, e promovendo as denúncias contra os agressores.

É importante destacar que os resultados obtidos através do QVC-CMR não evidenciam diferenças estatisticamente significativas consoante a

orientação sexual indo ao encontro da literatura que consultámos.

5.1.2 Questionário de Violência Conjugal – Histórias (QRVC-HIS)

No que concerne os resultados alcançados neste estudo, em relação à legitimação da VPI, estes assumem uma baixa legitimação por parte da amostra total e pelas suas subamostras. Tal poderá justificar-se pelo facto de que o fenómeno da VPI está diretamente vinculado com as RS, atribuindo-lhe deste modo um significado comum (Porto, 2006).

Com a análise das diferentes histórias que compõem o QRVC-HIS, foi visível que a história mais legitimada e assim exposta como menos grave pela amostra total, pelos heterossexuais, pelos bissexuais, e pelos homossexuais foi a História 2 que retrata um casal de 60 anos, em que a mulher é perpetradora de atos violentos para com o seu marido. Tal como Dixon e Graham-Kevan (2011) nos dizem, um ato violento de uma mulher para com o seu companheiro é visto como uma forma de autodefesa desta contra o mesmo. Apesar da VPI ser bidirecional a vitimização ainda não o é, sendo que as mulheres são mais vitimizadas do que os homens (Hamberger, 2005).

Segue-se a História 3, que aborda um casal com apenas três anos de casamento, de estatuto socioeconómico médio, no qual o marido é violento para com a sua esposa e aparenta ter alguns problemas com o álcool. Casique e Furegato (2006) aludem para o facto de que a VPI poderá ser legitimada devido à existência de algumas crenças associadas a esta, como a ideia de que a violência é causada devido ao consumo de álcool ou drogas. Já Neves e Nogueira (2004) ressaltam a existência da crença sustentada na desigualdade dos direitos entre os sexos, atribuindo-se ao homem o poder sobre a mulher.

A História 1 apresenta os valores mais baixos para legitimação da VPI e assim é vista como a mais grave entre as três histórias. Esta retrata um casal de estatuto socioeconómico médio alto, em que o marido engenheiro chefe de 40 anos realiza atos violentos contra a sua mulher, enfermeira de 38 anos. Este resultado poderá ser compreendido, mais uma vez, devido às crenças erróneas associadas à VPI, como por exemplo de que esta só ocorre em contextos de estudo socioeconómicos baixos (Casique & Furegato, 2006).

É importante destacar que os resultados obtidos através do QRVC-HIS não evidenciam diferenças estatisticamente significativas consoante a orientação sexual, indo deste modo ao encontro da literatura existente.

5.2 Violência entre Parceiros Íntimos, Táticas de Resolução de Conflitos e Orientação Sexual (CTS-2)

A violência nos casais LGBT tem sido encoberta, ao longo dos tempos (Curren & Renzetti, 1992) pela própria comunidade gay e pelos diferentes investigadores desta temática (Nunan, 2004). Porém, com a análise dos resultados obtidos neste estudo, no CTS-2, constatou-se a

prevalência de comportamentos abusivos na amostra total e nas suas subamostras. Esta prevalência corrobora a existência deste fenómeno, não só em casais heterossexuais, mas também, entre casais LGB, indo assim ao encontro de estudos já realizados nesta área (Antunes & Machado, 2005; APAV, 2017; Donovan et al., 2006; Opus Gay, 201; Santos, 2012). É difícil continuar a manter este fenómeno na invisibilidade, sendo essencial que ocorram alterações na atribuição dos papéis sociais da mulher e do homem, como vítima e perpetrador (Tropa, 2010) e a desmistificação das crenças de que as relações homossexuais são igualitárias e ausentes de violência (Santos, 2012).

Consequentemente, a análise destes resultados é importante, pois permite-nos constatar que não são só os heterossexuais, mas também, os bissexuais e os homossexuais que utilizam a violência como uma tática de resolução de conflito nas suas relações íntimas. A “agressão psicológica ligeira” representa a tática de resolução de conflito abusiva mais prevalente para a amostra total e as suas subamostras, tanto na vitimização como na perpetração. Esta tática abusiva pode ser considerada a violência mais dolorosa devido à dificuldade em ser identificada como tal (De Ferrante, Santos & Vieira, 2009).

Porém, é importante salientar que a tática de resolução de conflito mais prevalente na nossa amostra total e nas subamostras foi a “Negociação Emocional”, seguindo-se a “Negociação Cognitiva”, sendo estas as únicas subescalas positivas do CTS-2. Os inquiridos deste estudo revelam, então, independentemente da orientação sexual, possuir meios adaptativos para solucionarem e enfrentarem os problemas que surgem numa relação.

Em relação à cronicidade os nossos resultados indicam que a tática de resolução de conflito mais pontuada na amostra total e nas subamostras, tanto para a vitimização como para a perpetração, foi mais uma vez a “Negociação Emocional Ligeira”, demonstrando que os inquiridos deste estudo optam pela comunicação através da argumentação racional e a manifestação de sentimentos de cuidado e estima pelo seu parceiro, de modo a resolverem os problemas da díade (Straus, 1995 citado em Colossi, Razera, Haack & Falcke, 2015), independentemente da orientação sexual dos sujeitos. A tática de resolução de conflito abusiva à qual os inquiridos mais recorreram foi a “Agressão Psicológica Ligeira”, caracterizada por gritos, insultos, humilhações, ofensas e o abandono das discussões, virando costas aos companheiros/as (Straus, 1995 citado em Colossi, Razera, Haack & Falcke, 2015). Todavia, estes comportamentos não devem nem podem ser ocultados, visto que a VPI tende a iniciar-se pelos mesmos, com a finalidade de controlar a relação e o parceiro/a (Antunes & Machado, 2005).

Como Guimarães e Campos (2007) referem, a utilização dos diferentes tipos de violência no nosso quotidiano como forma de resolver os problemas aumentou, banalizando-se os mesmos. Assim sendo, consideramos importante promover a não utilização destas táticas violentas como forma de dissolver conflitos, assim como a desmistificação de que o uso deste tipo de comportamentos é normal. Sabemos como a presença assídua destes comportamentos tem consequências graves na saúde mental e

física das vítimas (Lefevre, Moura, & Moura, 2012; Vanderende, Yount, Dynes & Sibley, 2012).

Constatamos também que a prevalência na vitimização e perpetração, assim como para a cronicidade, foram semelhantes, aludindo à bidirecionalidade da VPI, já indicada em estudos realizados nesta área (Hamberger, 2005).

5.3 Influência da variável “Orientação Sexual” nas respostas ao QVC-CMR, QRVC-HIS.

Através da análise dos resultados obtidos neste estudo, constatou-se não haver diferenças estatisticamente significativas entre os fatores de *causa, manutenção e resolução* (QVC-CMR), assim como na legitimação da VPI (QRVC-HIS) tendo em conta a orientação sexual.

Assim sendo, é importante salientar que a VPI em casais LGB segue uma motivação, um padrão, uma frequência, uma severidade e um impacto como nos casais heterossexuais (Costa, Machado & Antunes, 2011), abrangendo, tal como nos casais heterossexuais, o abuso emocional, o isolamento social, os insultos, os maus-tratos físicos e a violência sexual (Gelles, 1997), ocorrendo raramente como um episódio só (Antunes & Machado, 2005).

Desmistifica-se o mito de que só o homem é perpetrador atos violentos contra a mulher. Constata-se que as vítimas e os agressores na VPI podem ser de ambos os sexos (Anacleto et al., 2009), indo ao encontro de resultados já obtidos em estudos realizados na área (Antunes & Machado, 2005; APAV, 2017; Donovan et al., 2006; Opus Gay, 2014; Santos, 2012).

Pontuamos que o estigma, a discriminação e a homofobia que se vive na nossa sociedade em relação a comunidade LGBT é um consentimento, por parte de todos nós, para manutenção da VPI nesta população (Curren, 1992 citado em Antunes & Machado, 2005).

5.4 Relação entre a variável “Orientação Sexual” e “Sexo” relativamente às Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos (QVC-CMR e QRVC-HIS)

Quando analisada a interação entre a orientação sexual dos inquiridos e o seu sexo, só foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em relação à legitimação da VPI na subamostra heterossexual, em conexão com a História 2. Constatamos que o sexo masculino heterossexual legitima mais a VPI ocorrida na História 2 do que o sexo feminino heterossexual. Relembramos que esta história aborda um casal de 60 anos, no qual a mulher é perpetradora de atos violentos para com o seu marido. Este resultado vai ao encontro de estudos já realizados neste âmbito (Machado, 2016).

Constatamos, deste modo, a presença das RS ligadas aos papéis de género, ou seja, o que significa ser “mulher” e/ou “homem” (Renzetti, 1999 citado em Rodrigues et al., 2011). A mulher é vista como dependente e

passiva, enquanto o homem é independente, assertivo (Hegstrom & McCarl – Nielsen, 2002 citado em Rodrigues et al., 2011), competitivo, autónomo e não deve manifestar os seus sentimentos, ao passo que às mulheres é permitido demonstrarem os seus sentimentos e emoções (Maccoby, 1990 & Noller, 1993 citado em Rodrigues, Oliveira & Nogueira, 2011).

Um estudo de Omar (2011, citado em Machado, 2016) comprovou que quanto maior for a aceitação por parte do sexo masculino das crenças subjacentes ao seu sexo, maior será a sua legitimação da violência.

Estas RS em prol dos papéis de género, corroboram a ideia da mulher como vítima e o homem como agressor, fundamentando-se somente “nos aspectos físicos da violência doméstica” (Nunan, 2004, p.10), omitindo o facto de que a VPI se relaciona com a submissão da vítima em prol do agressor (Matos, 2003) independentemente da força ou do tamanho do mesmo (Nunan, 2004).

Por conseguinte, é importante ressaltar as crenças erróneas associadas ao que é ser vítima e agressor, de forma a que estas não resultem na omissão da VPI nem retenham somente as vítimas ao sexo feminino e os agressores ao sexo masculino (Rodrigues et al., 2011). A VPI é uma problemática multidimensional e multidirecional.

5.5 Limitações

É importante salientar algumas limitações do presente estudo.

A primeira associa-se ao facto do protocolo ser consideradamente extenso, o que levou a um elevado número de desistências.

Foi significativa a dificuldade de acesso às subamostras bissexual e homossexual, resultando em duas subamostras pequenas e não representativas.

A recolha desta amostra realizou-se através do método online, considerado o método mais indicado para amostra em questão, porém, deste modo, não foi possível controlar o contexto em que o protocolo foi preenchido.

Por estes motivos, consideramos essencial investir em estudos futuros, com esta temática subjacente, com o objetivo de alcançar uma amostra mais alargada e proporcional, e mais representativa da população geral.

VI - Conclusões

Nos dias de hoje, a temática da VPI é ainda uma problemática com elevada relevância. Como o Relatório Anual da APAV 2016 nos indica, no último ano, só esta associação recebeu em Portugal 4032 denúncias de indivíduos que foram vítimas de VPI. Este número representa 18,9% das queixas totais obtidas por esta associação no último ano (2017).

Independentemente das limitações deste estudo, este possibilitou “dar voz” a uma população muitas vezes ignorada e esquecida quando se

abordam as questões da VPI, devido a todo o preconceito existente na nossa sociedade. Porém, este estudo evidenciou que este fenómeno não pode ser esquecido nem ignorado. Mostrou que os heterossexuais, os bissexuais e os homossexuais utilizam a violência como tática de resolução de conflitos nas suas relações íntimas. Esta constatação é mais preocupante quando nos recordamos de todo o preconceito, estigma e da discriminação que a população LGBT é sujeita. “Assim, enquanto as vítimas heterossexuais experienciam a violência dentro de um contexto que tende a banaliza-la, as vítimas homossexuais vivem-na num contexto que, para além de minimizar essa violência, é também homofóbico (Antunes & Machado, 2005, p.185)”.

Concluindo, achamos essencial alertar para a existência deste fenómeno em todas as relações íntimas, para a construção de uma sociedade menos preconceituosa e discriminatória, de modo a possibilitar a inclusão de todos os cidadãos de igual forma, oferecendo serviços de atendimento profissional adequados a toda a população independentemente do sexo ou da orientação sexual dos indivíduos.

Bibliografia

Agarwal, B., & Panda. (2007). Toward freedom from domestic violence: The neglected obvious. *Journal of human Development*, 8(3), 359-388.

Aguilar, M. (2010). *Representações sociais em torno da violência conjugal: estudo de validação do questionário de violência conjugal: histórias (QRVC-CMR) com uma amostra da população geral* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios Familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto Editora.

Alexandra, C., & Figueiredo, B. (2006). Versão portuguesa das “Escala de Táticas de Conflito Revisadas”: estudo de validação. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(2), 14-39.

Almeida, M. V. (2010). O contexto LGBT em Portugal. In C. Nogueira, & J. Oliveira, (orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: CiGa.

Anacleto, A.J., Njaine, K., Longo, G. Z., Boing, A. F., & Peres, K.G (2009). Prevalência e fatores associados à violência entre parceiros íntimos: um estudo de base populacional em Lages, Santa Catarina, Brasil, 2007. *Caderno de Saúde pública*, 25(4), 800-808. Acedido em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n4/11.pdf>

Antunes, R., & Machado, C. (2005). Dupla invisibilidade: a violência nas relações homossexuais. *Psychologica*, 39, 167-187.

APAV. (2016). *Estatísticas APAVA – Relatório Anual de 2015*. Unidade de Estatística.

APAV. (2017). *Estatísticas APAVA – Relatório Anual de 2016*. Unidade de Estatística.

Bompastor, A. M. R. (2014). *Representações sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de Profissionais de Saúde: que olhares nos atendem?* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Burke, T., W., & Owen, S. S. (2006). Same-sex domestic violence: Is anyone listening?. *The Gay & Lesbian Review*, 8(1), 6-7.

Campbell, J. C. (2002). Health consequences of intimate partner

violence. *The Lancet*, 359, 1331-1336. Acedido em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673602083368>

Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 24(4), 485-493. Acedido em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aps/v24n4/v24n4a04.pdf>

Casiques, C. L., & Furegato, A. R. F. F. (2006). Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(6), 137-144. Acedido em http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n6/pt_v14n6a18.pdf

Colossi, P. M., Razera, J., Haack, K. R., & Flacke, D. (2015). Violência conjugal: prevalência e fatores associados. *Contextos Clínicos*, 8(1), 55-66.

Costa, A. I. C. C. (2013) *A Saúde Mental de Agressores Conjugais Fatores de Risco* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade da Beira Interior Ciências Sociais e Humanas, Covilhã, Portugal.

Costa, L., Machado, C., & Antunes, R. (2006). *Violência nas relações homossexuais: A face oculta da agressão na intimidade*. Braga: Universidade do Minho, Escola de Psicologia.

Costa, L., Machado, C., & Antunes, R. (2011). Violência nas relações homossexuais: A face oculta da agressão na intimidade. *Psychologica*, 1, 2-5.

Curran, D. & Renzetti, C. (1992). *Women, men and society*. Boston: Allyn and Bacon.

Czuba, J. N. D. S. (2015). *Violência Doméstica entre Parceiros Íntimos Homossexuais* (Dissertação de mestrado não publicada). Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa, Portugal.

De Ferrante, F., Santos, M., & Vieira, E. (2009). Violência contra a mulher: percepção dos médicos das unidades básicas de saúde da cidade de Ribeirão Preto, São Paulo. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 13(31), 287-299.

Dias, I. (2004). *A violência na Família: Uma abordagem sociológica*. Porto: Afrontamento.

Dixon, L., & Graham-Kevan, N. (2011) Understanding the nature and etiology of intimate partner violence and implications for practice and policy. *Clinical Psychology Review* 31, 1145-1155.

Feder, G. S., Huston, M., Ramsay, J., & Taket, A. R. (2006). Women

exposed to intimate partner violence. Expectation and experiences when they encounter health care professionals: a meta-analysis of qualitative studies. *American Medical Association* 166, 22-37.

Fife, M.D., Ebersole, B.S., Bigatti, S., Lane, M.S., & Huber, L.R. (2008). Assessment of the relationships of demographic and social factors with intimate partner violence (IPV) among Latinas in Indianapolis. *Journal of women's health*, 17(5), 769-775. doi: 10.1089/JWH.2007.0759

Flynn, A., & Graham, K. (2010). "Why did it happen?" A review and conceptual framework for research on perpetrators' and victims' explanations for intimate partner violence. *Aggression and Violent Behavior*, 15(3), 239–251. doi:10.1016/j.avb.2010.01.002

Gelles, R. J. (1997). *Intimate violence in families*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Gomes, I. C. (2005). Transmissão psíquica transgeracional e violência conjugal: um relato de caso. *Boletim de Psicologia*, LV (123), 177-188.

Guimarães, S. P., & Campos, P. (2007). Norma Social Violenta: Um estudo da representação social da violência em adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (2), 188-196. Acedido em <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n2/a03v20n2.pdf>

Hamberger, L. K., & Holtzworth-Munroe, A. (1994). Partner Violence. In F. Dittilio, & A. Freeman (Eds.), *Cognitive-behavioral strategies in crisis intervention* (pp.302-322). Nova Iorque: The Guilford Press.

Hamberger, L. K. (2005). Men's and Women's Use of Intimate Partner Violence in Clinical Samples: Toward a Gender-Sensitive Analysis. *Violence and Victims*, 20 (2), 131-151.

Hamel, J. (2008). *Intimate Partner and Family Abuse: A Casebook of Gender-Inclusive Therapy*. New York: Springer Publishing Company, LLC.

Heise, L., & Garcia-Moreno, C. (2002). Violence by intimate partner. In E.G., Krug, L., Dahlberg, J., Marcy, A., Zwi, & R lozano (ed.) (2002), *World Report on Violence and Health*. Geneva, World Health Organization.

Hester, M. & Donovan, C. (2009). Researching Domestic Violence in Same-Sex Relationships – A Feminist Epistemological Approach to Survey Development, *Journal of Lesbian Studies*, 13(2), pp. 161-173.

Jodelet, D. (1989). Representações sociais: um domínio em expansão. In D., Jodelet (org). *As representações sociais*, 19-44, Rio de Janeiro:

EduERJ.

Lameira, T. (2013). *Análise da influência da vivência prévia de violência sobre as representações sociais em torno da violência entre parceiros íntimos* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Lawson, D. M. (2003). Incidence, Explanations, and Treatment of Partner Violence. *Journal of Counseling & Development*, 81(1), 19-32. doi: 10.1002/j.1556-6678.2003.tb00221.x

Lefevre, F., Moura, V., & Moura, L. (2012). Narrativas de violência praticadas por parceiros íntimos contra mulheres. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(4), 1025-1035. Acedido em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63023349024>

Klein, F. (1993). *The bisexual option*. New York: Haworth Press.

Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (org.) (2002). *World report on violence and health*. Geneva, World Health Organization.

Matos, M. (2003). Violência conjugal. In C. Machado & R.A. Gonçalves (coods). *Violência e vítimas de crimes* (Vol.1) (2ªEd) (pp. 81-130). Coimbra: Quarteto.

Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2010). Violence in Juvenile Dating Relationships Self-Reported Prevalence and Attitudes in a Portuguese Sample. *Journal of Family Violence*, 25(1), 43-52. doi: 10.1007/s10896-009-9268-x

Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologia*, 33, 69-83.

Machado, L. M. G. D. S. (2010). *Crenças e Representações Sociais dos Adolescentes sobre a Violência Interpessoal*. Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.

Machado, R. S. B. M (2016). *Representações sociais da Violência entre Parceiros Íntimos e Atitudes Perante os Papéis de Género numa amostra de Estudantes do Ensino Superior* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics*. Pero

Pinheiro: ReportNumber.

Martins, H., Assunção, L., Caldas., I.M., & Magalhães, T. (2014). Victims of Intimate Partner Violence. The Physician's Intervention in the Portuguese National Health Service. *Journal of Family Violence*, 29(3), 315-322. doi: 10.1007/s10896-014-9586-5

McClure, B. (1996). Domestic violence: the role of the health care professional. *Michigan Family review*, 2(1), 63-75.

Moscovici, S. (2000). *Social Representations: Explorations in Social Psychology*: United Kingdom: Polity Press.

Nascimento, F. (2009). *Namoro e Violência: um estudo sobre amor, namoro e violência entre jovens de grupos populares e camadas médias*. (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

Neves, S. (2008). *Amor, poder e violência na intimidade: os caminhos entrecruzados do pessoal e do político*. Coimbra: Quarteto.

Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Terapias feministas, intervenção psicológica e violência na intimidade: uma leitura feminista crítica. *Psychologica*, 36, 15-32.

Nunan, A. (2004) Violência Doméstica entre casais homossexuais: o segundo armário? *Psico*, 23(1), 69-78.

Opus Gay. (2014) *Inquérito sobre Violência Doméstica entre Casais Homossexuais – Estudo realizado no concelho de Lisboa*.

Pereira, H., Leal, I., & Maroco, J. (2010). Grelha de orientação sexual de Klein. In Maroco, J., & Leal, I. *Avaliação em Sexualidade e Parentalidade* (pp. 27-41). Porto: Livpsic.

Poorman, P. B. (2001). Forging community links to address abuse in lesbian relationships. In Kaschak, E. (Ed.), *Intimate betrayal: Domestic violence in lesbian relationships* (pp. 7-24). Binghamton, NY: Haworth.

Porto, M. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 16, 250-273. Acedido em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a10n16>

Presidência do Conselho de Ministros (2015). *V Plano nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017): Relatório intercalar de execução 2014*. Comissão para Cidadania e Igualdade de Género.

Ramsay, J., et al. (2012). Domestic violence: knowledge, attitudes, and Clinical practices of selected UK primary healthcare clinicians. *British Journal of General Practice*. doi: 10.3399/bjgp12X6544623

Redondo, J. (2011). *Violência familiar/entre parceiros íntimos: da leitura a compreensão à intervenção em rede*. Acedido em <http://www.violencia.online.pt/artigos/show.htm?idartigo=451>

Redondo, J. (2013). Violência doméstica e serviços de saúde – da sinalização à intervenção em rede. *Notícias*, 88 (5), 11-13.

Redondo, J., Pimentel, I., & Correia, A. (2012) *Manual SARAR – Sinalizar, Apoiar, Registrar, Avaliar, Referenciar – Uma proposta de Manual para profissionais de saúde na área da violência familiar/entre parceiros íntimos*. Coimbra: Tipografia Damasceno.

Ristock, J. (2003) Exploring Dynamics of abusive lesbian relationships: Preliminary analysis of a multiple, qualitative study. *American Journal of Community Psychology* 31(3/4), 329-341.

Rodrigues, L., Oliveira, J.M., & Nogueira, C. (2011). A resposta institucional à violência entre casais LGB: Um estudo exploratório. In Sani, A. I. (Ed.), *Temas de vitimologia realidades emergentes na vitimação e respostas emergentes na vitimação e respostas sociais* (pp. 86-100). Coimbra: Almedina.

Saffioti, H. I. B., & Almeida S. S. (1995). *Violência de gênero – poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.

Saltzman, L. E., Fanslow, J. L., McMahon, P. M., & Shelley, G. A. (2002). *Intimate Partner Violence Surveillance: Uniform Definitions and Recommended Data Elements*. Atlanta, GA: National Center for Injury Prevention and Control.

Sampaio, D. (2012). *Labirinto de Mágoas: As crises do casamento e como enfrentá-las*. Lisboa: Caminho.

Santos, A. C. (2012) ‘Entre duas mulheres isso não acontece’ – um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 98, 3-24.

Sousa, G. (2013). Las representaciones sociales de la violencia en las relaciones de pareja en Medellín en el siglo XXI. *Revista CES Psicología*, 6(1), 134-158.

Stewart, D. E., MacMillan, & H., Wathen, N. (2012). Intimate partner violence. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 58(6), 1-16.

Stets, J. E., & Straus, M. A. (1990). Gender differences in reporting in reporting marital violence and its medical and Psychological consequences. In M. A. Straus, & R. J. Gelles (Eds.), *Physical violence in American families: Risk factors and adaptations to violence in 8145 families* (pp. 151-166). New Brunswick, NJ: Transaction.

Stith, S. M., Smith, D. B., Penn, A. E., Ward, D. B., & Tritt, D. (2004). Intimate partner physical abuse perpetration and victimization risk factors: A meta-analytic review. *Aggression and Violent Behavior, 10*, 65-98.

Stith, S. M., & McMonigle, C. L. (2009). Risk factors associated with intimate partner violence. In D. J. Whitaker & J. R. Lutzker (Eds.), *Preventing Partner Violence: research and evidence-based intervention strategies*. Washington, DC: American Psychological Association.

Tropa, H. (2009). *Violência doméstica em casais homossexuais: As representações sociais dos profissionais que trabalham com vítimas à vivência das vítimas* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Tropa, H. (2010). No arco-íris também há roxo: Violência conjugal nas relações lésbicas. *LES Online, 2*(1), 13-21.

Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In J. Vala, & M. B. Monteiro, *Psicologia Social* (pp. 569-715). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vanderende, K. E., Yount, K. M., Dynes, M. M., & Sibley, L. M. (2012). Community-level correlates of intimate partner violence against women globally: a systematic review. *Social Science & Medicine (1982), 75*(7), 1143-55. doi: 10.1016/j.socscimed.2012.05.027

Vieira, A. (2013). *Representações sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de Estudantes do Ensino Superior: o género fará a diferença?* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Vikers, L. (1996). The second closet Domestic violence in lesbian and gay relationships: A Western Australian perspective. *Murdoch University Electronic Journal of Law 3*(4). Acedido em <http://www.austlii.edu.au/au/journals/MurUEJL/1996/37.html>

Watt, K. (2008). Understanding risk factors for intimate partner femicide: The role of domestic violence fatality review teams. In A. C.

Baldry & W. F. Winkel (Eds.), *Intimate Partner Violence Preventing and Intervention: The risk assessment and Management Approach*. (pp. 45-60)
New York: Nova Science Publishers.

WHO – World Health Organization (2012). *Understanding and addressing violence against women: Intimate partner violence*. Acedido em http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/77432/1/WHO_RHR_12.36_eng.pdf

Anexos

Anexo II: Tabelas com resultados da análise estatística

Tabela 1 – Análise Descritiva da variável “Idade”

Idade	n
18	7
19	11
20	17
21	11
22	27
23	17
24	18
25	13
26	7
27	7
28	3
29	9
30	5
31	1
32	2
33	1
34	1
37	2
38	1
39	1
43	1
44	3
48	2
49	1
52	1
60	1
Total	170

Tabela 2 - Factores de Causa, Manutenção e Resolução

	Anova One - Way				
	Soma dos Quadrados	df	Quadrado médio	F	Sig.
Facto de Causa – Orientação Sexual	131.382	2	65.692	1.852	.160
Facto de Manutenção - Orientação Sexual	25.3222	2	12.661	.603	.548
Fatores de Resolução - Orientação Sexual	66.144	2	33.072	1.274	.282

Tabela 3 - Histórias

	Anova One - Way				
	Soma dos Quadrados	df	Quadrado médio	F	Sig.
História 1 – Orientação Sexual	9.007	2	4.503	.291	.748
História 2 - Orientação Sexual	7.233	2	3.616	.131	.878
História 3 - Orientação Sexual	16.421	2	8.210	.468	.627
Total Histórias - Orientação Sexual	44.126	2	22.063	.143	.866

Qual o impacto da Orientação Sexual na visão e legitimação da Violência entre Parceiros Íntimos?

Stefanie Gomes Matos (stefaniegomesmatos20@gmail.com) 2017

Tabela 4 – Táticas de Resolução de Conflito

Anova One - Way					
	Soma dos Quadrados	df	Quadrado médio	F	Sig.
Negociação – Perpetração	4374.469	2	2187.234	1.252	.288
Negociação - Vitimização	5893.997	2	2946.99	1.594	.206
Agressão Psicológica - Perpetração	650.206	2	325.103	1.681	.189
Agressão Psicológica - Vitimização	353.492	2	1776.746	1.230	.295
Abuso Físico sem Sequelas - Perpetração	119.060	2	59.530	.328	.721
Abuso Físico sem Sequelas - Vitimização	194.221	2	97.111	.401	.670
Coerção Sexual - Perpetração	51.450	2	18.520	.422	.659
Coerção Sexual - Vitimização	46.775	2	10.695	.515	.598
Abuso Físico com Sequelas - Perpetração	37.040	2	25.725	.496	.610
Abuso Físico com Sequelas - Vitimização	21.391	2	23.388	.209	.811